



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

# **Pregão Eletrônico Nº 90026/2026**

**OBJETO:** Contratação de serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas, mídias de resultados, malotes, cabinas de votação e baterias destinados às seções eleitorais e mesas de justificativas a serem instaladas nos 217 municípios do Estado do Maranhão, por ocasião das Eleições Gerais de 2026, para execução no primeiro e segundo turnos da Eleição, este último apenas SE HOUVER.

**ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:  
06/07/2026, 09H00MIN**

**MODO DE DISPUTA (FASE DE LANCES):  
ABERTO**

**AMPLA PARTICIPAÇÃO**

São Luís  
- 2026 -



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**EDITAL**  
**PREGÃO ELETRÔNICO nº 90026/2026**  
**PROCESSO SEI N. 0006108-37.2026.6.27.8000.**

**PREÂMBULO**

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão – TRE-MA, doravante denominado **TRIBUNAL**, torna público para conhecimento de todos que fará realizar, às **09:00 horas (horário de Brasília)**, do dia **06/07/2026**, sob o comando do Pregoeiro Oficial, designado pela **PORTARIA Nº 6/2026-TRE-MA/PRES/GABPRES**, de 26 de janeiro de 2026, do Presidente do **TRIBUNAL**, por meio do uso de tecnologia da informação, licitação na modalidade **PREGÃO**, na **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, decorrentes do PROCESSO SEI nº **0006108-37.2026.6.27.8000**.

A licitação será regida pela **LEI Nº 14.133/2021, LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, LEI COMPLEMENTAR Nº 147/2014, DECRETO Nº 8.538/2015** e demais normas aplicáveis à matéria, naquilo que não contrarie este edital e pelas cláusulas e condições abaixo declinadas.

A Sessão Pública será realizada através do site [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e conduzida pelo **PREGOEIRO**, na sala da **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO**, no 1º andar do Anexo ao prédio sede do **TRIBUNAL**, na Avenida Senador Vitorino Freire, s/nº - Bairro Areinha, nesta cidade de São Luís, Estado do Maranhão.

Todos os horários estabelecidos neste edital, no aviso e durante a Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no **SISTEMA ELETRÔNICO COMPRASGOV**, daqui por diante denominado **SISTEMA**, e na documentação relativa ao certame.

Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**1. DO OBJETO**

1.1. Constitui objeto do presente **PREGÃO a Contratação de serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas, mídias de resultados, malotes, cabinas de votação e baterias destinados às seções eleitorais e mesas de justificativas a serem instaladas nos 217 municípios do Estado do Maranhão, por ocasião das Eleições Gerais de 2026, para execução no primeiro e segundo turnos da Eleição, este último apenas SE HOUVER**, e demais especificações deste Edital, seus anexos e abaixo:

Item	Designação	Zonas Eleitorais	Qnt. de Rotas de Distribuição	Qnt. de Rotas de Recolhimento	Qnt. de Rotas de Recolhimento de Mídias	Qnt. Total
------	------------	------------------	-------------------------------	-------------------------------	---	------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

1	São Luís	1ª, 2ª, 3ª, 10ª, 76ª, 89ª	51	60	83	194
2	Região Municípios Próximos à Capital	18ª, 31ª, 47ª, 93ª, 110ª	108	119	122	349
3	Região dos Lençóis Maranhenses	12ª, 32ª, 40ª, 51, 56ª	74	140	52	266
4	Região de Chapadinha	24ª, 25ª, 42ª, 50ª, 73ª	89	160	58	307
5	Região de Caxias	4ª, 5ª, 6ª, 19ª, 36ª, 81ª	71	81	81	233
6	Região de Codó	7ª, 8ª, 28ª, 68ª, 84ª	80	75	96	251
7	Região de Itapecuru-Miri m	16ª, 20ª, 27ª, 41ª, 109ª	60	96	74	230
8	Região de Pedreiras	9ª, 61ª, 67ª, 74ª, 102ª	86	144	120	350



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

9	Região de Bacabal	13 <sup>a</sup> , 35 <sup>a</sup> , 49 <sup>a</sup> , 66 <sup>a</sup> , 87 <sup>a</sup>	75	79	160	314
10	Região da Santa Inês	43 <sup>a</sup> , 57 <sup>a</sup> , 77 <sup>a</sup> , 78 <sup>a</sup> , 96 <sup>a</sup>	65	126	116	307
11	Região de Açailândia	70 <sup>a</sup> , 71 <sup>a</sup> , 95 <sup>a</sup> , 98 <sup>a</sup> , 104 <sup>a</sup>	85	147	69	301
12	Região de Grajaú	15 <sup>a</sup> , 23 <sup>a</sup> , 46 <sup>a</sup> , 82 <sup>a</sup> , 97 <sup>a</sup> , 99 <sup>a</sup>	91	111	116	318
13	Região de Imperatriz	33 <sup>a</sup> , 58 <sup>a</sup> , 65 <sup>a</sup> , 92 <sup>a</sup> , 103 <sup>a</sup>	49	62	62	173
14	Região de Presidente Dutra	48 <sup>a</sup> , 54 <sup>a</sup> , 60 <sup>a</sup> , 69 <sup>a</sup> , 79 <sup>a</sup> , 108 <sup>a</sup>	74	75	102	251
15	Região de Balsas	11 <sup>a</sup> , 22 <sup>a</sup> , 26 <sup>a</sup> , 34 <sup>a</sup> , 62 <sup>a</sup> , 75 <sup>a</sup> , 105 <sup>a</sup>	88	102	48	238
16	Região de Colinas	17 <sup>a</sup> , 21 <sup>a</sup> , 29 <sup>a</sup> , 44 <sup>a</sup> , 53 <sup>a</sup> , 72 <sup>a</sup>	61	93	49	203
17	Região de Turiçu	39 <sup>a</sup> , 55 <sup>a</sup> , 64 <sup>a</sup> , 80 <sup>a</sup> ,	69	119	66	254



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

		100 <sup>a</sup> , 101 <sup>a</sup>				
18	Região de Pinheiro	14 <sup>a</sup> , 30 <sup>a</sup> , 37 <sup>a</sup> , 83 <sup>a</sup> , 106 <sup>a</sup> , 107 <sup>a</sup>	97	111	59	267
19	Região de São Bento	38 <sup>a</sup> , 45 <sup>a</sup> , 52 <sup>a</sup> , 63 <sup>a</sup> , 86 <sup>a</sup> , 111 <sup>a</sup>	65	70	86	221
<b>TOTAIS</b>			<b>1438</b>	<b>1970</b>	<b>1619</b>	<b>5027</b>

1.2. A prestação de serviços, objeto desta licitação deverá ser realizada em rigorosa observância ao **Termo de Referência – Anexo I deste Edital** e às normas vigentes que a ele se aplicarem.

1.3. A **licitação do objeto será dividida em 19 (dezenove) itens**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que os compõem.

1.4. O valor total máximo estimado para o objeto desta licitação é de **R\$ 6.388.657,12 (seis milhões trezentos e oitenta e oito mil seiscentos e cinquenta e sete reais e doze centavos)**, sendo o valor de **R\$ 3.194.328,56 (três milhões cento e noventa e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, correspondente ao **1º Turno das Eleições** e **R\$ 3.194.328,56 (três milhões cento e noventa e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)**, correspondente ao **2º Turno das Eleições, se houver**, conforme detalhamento no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

1.5. Em caso de discordância existente entre as especificações dos objetos descritas no **SISTEMA** e as especificações técnicas constantes do Edital, prevalecerão as do Edital.

## **2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste **PREGÃO** as licitantes que atenderem a todas as exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação constante neste Edital e em seus anexos.

2.2. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, do Ministério da Economia, atuará como provedor do **SISTEMA**.

2.3. **Como condição para participação no certame, a licitante deverá declarar:**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- a) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
- b) que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- f) que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
- g) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, se for o caso;

**2.3.1. DAS MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

I. Aplicam-se a este edital as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

II. As disposições a que se refere o item anterior **não são aplicadas**:

- a) no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;
- b) no caso de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- c) A obtenção de benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, **devendo a empresa licitante apresentar declaração de observância desse limite na licitação, conforme Art. 4º §§ da Lei nº 14.133/2021.**
- d) nos itens exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a ausência de declaração impedirá o prosseguimento no certame;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

e) nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a ausência de declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

2.4. A falsidade da declaração prestadas pela licitante correspondente ao SUBITEM 2.3.b caracteriza crime previsto no artigo 299 do Código Penal, sujeitando-o ainda às sanções previstas na Lei 14.133/2021.

**2.5. Pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas:**

a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

2.5.1. O licitante vencedor é obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no inciso I do caput do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.

2.5.2. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

**2.6. Cooperativas poderão participar de licitação quando:**

a) a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

b) a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

c) qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

d) o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

2.7. Não poderá participar deste **PREGÃO** a licitante:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- a) que se encontre em regime de recuperação judicial ou extrajudicial ou ainda com pedido de falência, concurso de credores, processo de insolvência (salvo se o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005);
- b) estrangeira não autorizada a funcionar no país e/ou que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- c) que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, Direta ou Indireta, Federal, Estadual ou Municipal ou do Distrito Federal, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;
- d) impedida de licitar e contratar com a União ou suspensa temporariamente de licitar e impedida de contratar com o **TRIBUNAL**, nos termos do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;
- e) cujo ramo de atividade não seja pertinente e compatível com o objeto deste **PREGÃO** ou que não estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- f) que tenha em seu quadro societário servidor ou dirigente do **TRIBUNAL**;
- g) que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento do **TRIBUNAL**;
- h) cujos proprietários e ou/ sócios exerçam mandato eletivo capaz de ensejar os impedimentos previstos no art. 29, inciso IX c/c e art. 54, I, "a" e II, "a", da Constituição Federal;
- i) Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- j) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- k) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- l) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- m) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- m.1) fica vedada ainda a contratação de empregados(as) que sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau,





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes(as) vinculados.

n) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

o) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**2.8. Para o presente certame, não haverá participação exclusiva de empresas enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.**

2.8.1. A definição de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte nesta licitação levará em conta o que dispuser a Lei Complementar nº 123/2006.

2.8.2. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes desta licitação deverão comprovar seu enquadramento e condição através de Declaração Específica registrada em campo específico do **SISTEMA**, facultado ao **TRIBUNAL** se for o caso, promover diligência com a finalidade de comprovar o enquadramento da licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte diante das normas da lei.

2.8.3. A participação fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.8.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

**2.9. Não fará jus ao regime diferenciado e favorecido nas licitações públicas previsto na Lei Complementar nº 123/2006 a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte:**

- a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado, nos termos da referida Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123/2006;
- d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o art. 3º, inciso II, da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;
- e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 3º da Lei Complementar Nº 123, de 14 de dezembro de 2006;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- f) constituída sob a forma de cooperativa, salvo as de consumo;
- g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- j) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

2.10 Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e nas especificações constantes no Edital, deverá ser considerada a do Edital.

### **3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO**

3.1. A licitante interessada em participar deste **PREGÃO** deverá providenciar, previamente, o credenciamento perante a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, provedor do **SISTEMA** utilizado nesta licitação, no site ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao **SISTEMA**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF permite a participação dos interessados em qualquer pregão, na forma eletrônica, exceto quando o seu cadastro no SICAF tenha sido inativado ou excluído por solicitação do credenciado ou por determinação legal.

3.4. O uso da senha de acesso ao **SISTEMA** pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do **SISTEMA** ou ao **TRIBUNAL** responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que provocados por terceiros.

3.5. Ao participar de processo licitatório, o representante legal da LICITANTE, titular de dados pessoais, está ciente de que, para a execução do objeto deste contrato, a CONTRATANTE terá acesso aos seus dados, tais como: número de documentos, endereço eletrônico, cópias de documentos de identificação, bem como, que os referidos dados serão tratados pela Administração, conforme autorização legal prevista na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – Art. 7º, inciso II.

#### **3.6. Caberá à licitante, interessada em participar do pregão, na forma eletrônica:**

- a) credenciar-se previamente e se manter credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- b) remeter, no prazo estabelecido, exclusivamente via **SISTEMA**, os documentos de habilitação e a proposta e, quando necessário, os documentos complementares;
- c) responsabilizar-se formalmente pelo uso da senha de acesso ao **SISTEMA**, inclusive pelas transações efetuadas em seu nome, e assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do **SISTEMA** ou do **TRIBUNAL** por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;
- d) acompanhar as operações no **SISTEMA** durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão;
- e) comunicar imediatamente ao provedor do **SISTEMA** qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;
- f) utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do **PREGÃO**;
- g) solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio; e
- h) conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e os manter atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- h.1) A licitante descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

**4. DOS PRAZOS E DA DATA E HORÁRIO DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

a) Período para recebimento das <b>Propostas de Preços e Documentação de Habilitação</b>	Até as <b>08:59</b> horas do dia <b>06/07/2026</b> .
b) Data da abertura das <b>Propostas de Preços</b>	Às <b>09:00</b> horas do dia <b>06/07/2026</b> .

4.1. As licitantes deverão observar as datas e horários, com base no horário de Brasília, previstos para a realização deste **PREGÃO**, nos termos que seguem:

4.2. Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimativo, observada a mesma publicidade do certame inicial.

**5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Como requisito para participação, as licitantes devem cadastrar sua **PROPOSTA DE PREÇOS** no **SISTEMA**, o qual solicitará o preenchimento dos dados da proposta e a formalização das declarações.

5.3. As licitantes deverão preencher os "campos" próprios contendo a quantidade, preços e, se houver, marca e modelo, atendendo, ainda, ao que dispõe o SUBITEM 2.3 deste Edital.

5.3.1 A falta indicação de marca/modelo em campo próprio do SISTEMA ou a indicação de marca/modelo em campo próprio do SISTEMA diferente da que for indicada na PROPOSTA DE PREÇOS, por si só, não importará na desclassificação da licitante.

5.4. Na hipótese de haver diferença na descrição do objeto registrada no **SISTEMA** ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)) e nas especificações constantes no Edital, o licitante deverá formular sua proposta de acordo com o que dispuser o Edital.

5.5. A **PROPOSTA DE PREÇOS** será ofertada pelo critério de **VALOR TOTAL DO ITEM, CONSIDERANDO PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS**, nas condições definidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

5.6. Até a data e hora de início da Sessão Pública prevista neste Edital, a licitante poderá acessar o **SISTEMA** para retirar, alterar ou complementar a **PROPOSTA DE PREÇOS** formulada. Após o início da Sessão Pública, a proposta não poderá mais sofrer alterações ou ser retirada.

5.7. As declarações que compõem as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes serão disponibilizadas para avaliação do **PREGOEIRO** e para acesso público após o encerramento da etapa de lances. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

5.8. Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** somente serão solicitados ao LICITANTE VENCEDOR pelo agente de contratação ou comissão em momento posterior à fase da apresentação das propostas e do julgamento.

5.9. A licitante vencedora poderá deixar de apresentar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** que constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, observadas as restrições do ITEM 10 deste Edital, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

## **6. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS E DOS AVISOS**

6.1. Até a abertura da Sessão Pública, o **PREGOEIRO** poderá expedir avisos no **SISTEMA** para esclarecimento de procedimentos a respeito do certame.

6.2. **Até 3 (três) dias úteis** antes da data fixada para a abertura da Sessão Pública deste **PREGÃO**, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente via e-mail, no endereço: [aslic@tre-ma.jus.br](mailto:aslic@tre-ma.jus.br).



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- 6.3. Decairá do direito de impugnar perante o **TRIBUNAL** os termos deste Edital aquele que, aceitando-os sem objeção, venha a apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciariam, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 6.4. Caberá ao **PREGOEIRO** responder às impugnações e aos esclarecimentos no prazo de **até três dias úteis**, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo, se for o caso, auxiliar-se pelo setor requisitante e ainda pela Assessoria Jurídica do **TRIBUNAL**.
- 6.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não obrigam a suspensão dos prazos previstos no certame, cabendo exclusiva e excepcionalmente ao **TRIBUNAL** esta decisão, de forma motivada.
- 6.6. As impugnações e pedidos de esclarecimentos apresentadas após as 18h serão considerados, para efeitos dos prazos dos SUBITEMS 6.2 e 6.4 como apresentados no primeiro dia útil seguinte, às 8h.
- 6.7. Os avisos, as impugnações e respectivas decisões, bem como os pedidos de esclarecimentos e suas respostas deverão ser registradas no **SISTEMA** pelo **PREGOEIRO**.
- 6.8. Se a impugnação for acolhida ou se a resposta aos esclarecimentos importar na modificação do Edital, será definida nova data para abertura da Sessão Pública, sendo o Edital alterado pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original.
- 6.8.1. Caso a alteração no Edital possa inquestionavelmente afetar a formulação de propostas, o prazo inicialmente estabelecido será reaberto.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 7.1. O **PREGOEIRO**, via **SISTEMA**, dará início ao **PREGÃO** com a abertura da Sessão Pública, na data e horário indicados no **ITEM 4** deste Edital.
- 7.2. A comunicação entre o **PREGOEIRO** e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagem, em campo próprio do **SISTEMA**.
- 7.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no **SISTEMA** durante a Sessão Pública do **PREGÃO**, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo **SISTEMA** ou de sua desconexão.
- 7.4. O **PREGOEIRO** verificará as informações previamente cadastradas no sistema, constantes do SUBITEM 5.1 deste Edital, desclassificando desde logo as que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, aquelas que identifiquem o licitante, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- 7.4.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no **SISTEMA**, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.4.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.5. O **SISTEMA** ordenará, automaticamente as **PROPOSTAS DE PREÇOS** das licitantes classificadas pelo **PREGOEIRO**, sendo que somente elas participarão da fase de lances.
- 7.6. Ordenadas as **PROPOSTAS DE PREÇOS**, o **PREGOEIRO** dará início à fase competitiva, quando então as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do **SISTEMA**.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**8. DA FASE COMPETITIVA COM A FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar seus lances, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 8.2. O valor ou percentual da **PROPOSTA DE PREÇOS** será considerado o lance inicial da licitante.
- 8.3. A cada lance intermediário ofertado, o licitante será imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 8.4. Os lances serão ofertados pelo mesmo critério do **SUBITEM 5.5** deste Edital.
- 8.5. A licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto de valor superior ao último por ele ofertado e registrado pelo **SISTEMA**.
- 8.6. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.
- 8.7. Durante a Sessão Pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da licitante detentora do lance.
- 8.8. Durante a fase de lances, o **PREGOEIRO** poderá excluir, justificadamente, lances intermediários cujos valores sejam considerados inexequíveis.
- 8.9. Após o encerramento da etapa competitiva de lances, o **PREGOEIRO** deverá encaminhar, pelo **SISTEMA**, contraproposta ao licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.
- 8.9.1. A negociação será realizada por meio do **SISTEMA**, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.10. No caso de desconexão do **PREGOEIRO** no decorrer da etapa de lances, se o **SISTEMA** permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.10.1. Quando a desconexão do PREGOEIRO persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão Pública do PREGÃO será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo PREGOEIRO aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 8.11. Será adotado para o envio de lances no PREGÃO o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 8.11.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 200,00 (duzentos reais)**.
- 8.12. A etapa de lances da Sessão Pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo SISTEMA quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

8.12.1. A prorrogação automática da etapa de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.12.2. Não havendo novos lances na forma estabelecida acima, encerrar-se-á automaticamente essa fase.

8.12.3. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo SISTEMA, poderá o PREGOEIRO, justificadamente, admitir o reinício da fase de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.13. Nos itens (ou grupos, se for o caso) com preço total de referência superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), expressamente indicados no Termo de Referência - Anexo I deste Edital, encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, devendo, ainda, a própria empresa declarar, em campo próprio do **SISTEMA**, que atende aos requisitos do art. 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006 para fazer jus aos benefícios previstos ali previstos.

8.13.1. O **SISTEMA** identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.13.2. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de licitantes qualificadas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.13.3. A melhor classificada nos termos do SUBITEM anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.13.4. Caso a licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes qualificadas como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no SUBITEM anterior.

8.13.5. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o PREGOEIRO passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo SISTEMA, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos em lei.

8.13.6.1. Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplicam-se os critérios de desempate de que trata o item 8.13.6.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

8.13.6.2. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata o item 8.13.6, proceder-se-á a sorteio das propostas empatadas a ser realizado em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro processo.

**9. DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE**

9.1. Finda a fase de lances e a negociação, o **PREGOEIRO** examinará o lance classificado em primeiro lugar quanto à compatibilidade do preço, sendo desclassificado o que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado ou que apresentar preço manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação.

**9.1.1** Considera-se inexequível o lance que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que não tenham sido estabelecidos limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da própria licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**9.1.2** No caso de obras e serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

**9.1.3** O **PREGOEIRO**, antes de declarar a inexecutabilidade, deverá realizar diligências com essa finalidade, convocando previamente a licitante para manifestação.

9.2. Não incorrendo na inadequação ou incompatibilidade do SUBITEM 9.1, o **PREGOEIRO** providenciará a negociação com a licitante, buscando obter proposta mais vantajosa para o TRE-MA.

9.3. A licitante detentora do **MENOR LANCE** deverá encaminhar no prazo máximo de **20 (vinte) horas**, pelo **SISTEMA**, sua **PROPOSTA DE PREÇOS**, com o valor readequado ao valor do lance vencedor (e, se for o caso, com o valor negociado), bem como os demais dados constantes do SUBITEM 9.6 deste Edital, para sua elaboração.

9.4. Os documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no Edital e já apresentados, relativos à proposta, serão encaminhados pela licitante convocada no mesmo prazo do SUBITEM 9.3, mediante convocação específica do **PREGOEIRO**.

9.5. O **PREGOEIRO** examinará a **PROPOSTA DE PREÇOS** quanto à compatibilidade do preço e às especificações constantes do SUBITEM 9.6 e do Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo desclassificada a que não atender às condições do Edital ou apresentar preços acima do máximo estabelecido ou for manifestamente inexequível, passando-se à convocação das licitantes subseqüentes, na ordem de classificação.

9.6. A **PROPOSTA DE PREÇOS** deverá conter as seguintes informações:

- a) Razão Social da Pessoa Jurídica, com endereço e número do CNPJ;
- b) Preços unitários e totais dos itens, consoante tabela de formação de preços constante do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e abaixo, em reais, em algarismos, inclusas todas as despesas que resultem no custo da prestação dos serviços, tais como impostos, taxas,





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

transportes, materiais utilizados, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos e quaisquer outras despesas que incidirem na prestação dos serviços.

<b>CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>								
<b>ITEM 01 - SÃO LUIS</b>								
<b>Zona</b>	<b>Município</b>	<b>Rotas Distribuição</b>	<b>Rotas Recolhimento</b>	<b>Rotas Recolhimento Mídias</b>	<b>Total Rotas</b>	<b>Valor 1º turno</b>	<b>Valor 2º turno</b>	<b>Valor Total</b>
1	<b>SÃO LUIS</b>	6	9	14	29	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
2	<b>SÃO LUIS</b>	9	10	9	28	R\$ .....	R\$ .....	
3	<b>SÃO LUIS</b>	7	8	13	28	R\$ .....	R\$ .....	
10	<b>SÃO LUIS</b>	13	14	14	41	R\$ .....	R\$ .....	
76	<b>SÃO LUÍS</b>	9	9	18	36	R\$ .....	R\$ .....	
89	<b>SÃO LUÍS</b>	7	10	15	32	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>Total do Lote</b>	51	60	83	194	R\$ .....	R\$ .....	

ITEM 02 - MUNICÍPIOS PRÓXIMOS À CAPITAL								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi- mento Mídias	Total Rotas	R\$ .....	R\$ .....	Valor Total
18	BACABEIRA	31	30	30	91	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
	ROSÁRIO							
	SANTA RITA							
31	AXIXÁ	26	26	30	82	R\$ .....	R\$ .....	
	ICATU							
47	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	12	12	22	46	R\$ .....	R\$ .....	
93	PAÇO DO LUMIAR	12	18	0	30	R\$ .....	R\$ .....	
	RAPOSA							
110	CACHOEIRA GRANDE	27	33	40	100	R\$ .....	R\$ .....	
	MORROS							
	PRESIDENTE JUSCELINO							



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	<b>Total do Lote</b>	108	119	122	349	R\$ .....	R\$ .....	
--	----------------------	-----	-----	-----	-----	--------------	--------------	--

**ITEM 03 - REGIÃO DOS LENÇÓIS MARANHENSES**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhim ento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
12	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	8	15	17	40	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
	<b>ARAIOSES</b>							
32	<b>HUMBERTO DE CAMPOS</b>	21	58	16	95	R\$ .....	R\$ .....	
	PRIMEIRA CRUZ							
	SANTO AMARO DO MARANHÃO							
40	PAULINO NEVES	12	27	0	39	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>TUTÓIA</b>							
51	MAGALHÃES DE ALMEIDA	12	19	16	47	R\$ .....	R\$ .....	
	SANTANA DO MARANHÃO							
	<b>SÃO BERNARDO</b>							
56	<b>BARREIRINHA S</b>	21	21	3	45	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>Total do Lote</b>	74	140	52	266	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 04 - REGIÃO DE CHAPADINHA**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
24	ANAPURUS	20	45	24	89	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>BREJO</b>							
	MILAGRES DO MARANHÃO							



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO							
25	<b>BURITI</b>	14	18	16	48	R\$ .....	R\$ .....	
42	<b>CHAPADINHA</b>	8	49	0	57	R\$ .....	R\$ .....	
	MATA ROMA							
50	NINA RODRIGUES	28	28	18	74	R\$ .....	R\$ .....	
	PRESIDENTE VARGAS							
	<b>VARGEM GRANDE</b>							
73	BELÁGUA	19	20	0	39	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO							
	<b>URBANO SANTOS</b>							
	<b>Total do Lote</b>	89	160	58	307	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 05 - REGIÃO DE CAXIAS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhim ento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
4	CAXIAS	28	28	33	89	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
5	ALDEIAS ALTAS	6	6	6	18	R\$ .....	R\$ .....	
6	SÃO JOÃO DO SOTER	9	9	0	18	R\$ .....	R\$ .....	
	SENADOR ALEXANDRE COSTA							
19	TIMON	13	20	23	56	R\$ .....	R\$ .....	
36	PARNARAMA	8	11	11	30	R\$ .....	R\$ .....	
81	MATÕES	7	7	8	22	R\$ .....	R\$ .....	
	Total do Lote	71	81	81	233	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 06 - REGIÃO DE CODÓ**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
7	<b>CODÓ</b>	32	33	26	91	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
	TIMBIRAS							
8	<b>COROATÁ</b>	11	12	17	40	R\$ .....	R\$ .....	
	PERITORÓ							
28	AFONSO CUNHA	19	13	9	41	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>COELHO NETO</b>							
	DUQUE BACELAR							
68	<b>CANTANHEDE</b>	8	8	20	36	R\$ .....	R\$ .....	
	MATÕES DO NORTE							
	PIRAPEMAS							
84	<b>SÃO MATEUS DO MARANHÃO</b>	10	9	24	43	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>Total do Lote</b>	80	75	96	251	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 07 - REGIÃO DE ITAPECURU-MIRIM**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
16	<b>ITAPECURU MIRIM</b>	6	19	25	50	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
20	CAJARI	16	31	0	47	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>VIANA</b>							
27	<b>ARARI</b>	11	14	17	42	R\$ .....	R\$ .....	
41	<b>VITÓRIA DO MEARIM</b>	10	10	32	52	R\$ .....	R\$ .....	
109	<b>ANAJATUBA</b>	17	22	0	39	R\$ .....	R\$ .....	
	MIRANDA DO NORTE							
	<b>Total do Lote</b>	60	96	74	230	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 08 - REGIÃO PEDREIRAS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
9	<b>PEDREIRAS</b>	12	14	17	43	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
	TRIZIDELA DO VALE							
61	<b>ESPERANTINÓ POLIS</b>	13	48	20	81	R\$ .....	R\$ .....	
	POÇÃO DE PEDRAS							
	SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA							
	SÃO ROBERTO							
67	BERNARDO DO MEARIM	6	20	21	47	R\$ .....	R\$ .....	
	IGARAPÉ GRANDE							
	LIMA CAMPOS							
74	<b>LAGO DA PEDRA</b>	42	40	53	135	R\$ .....	R\$ .....	
	LAGO DO JUNCO							
	LAGO DOS RODRIGUES							
	LAGOA GRANDE							
102	MARAJÁ DO SENA	13	22	9	44	R\$ .....	R\$ .....	
	<b>PAULO RAMOS</b>							
	<b>Total do Lote</b>	86	144	120	350	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 09 - REGIÃO DE BACABAL**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
13	BACABAL	25	25	31	81	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
35	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO	8	7	8	23	R\$ .....	R\$ .....	
	SÃO LUÍZ GONZAGA DO MARANHÃO							



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

49	ALTAMIRA DO MARANHÃO	10	10	49	69	R\$ .....	R\$ .....	
	BREJO DE AREIA							
	<b>VITORINO FREIRE</b>							
66	BOM LUGAR	22	22	43	87	R\$ .....	R\$ .....	
	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU							
	LAGO VERDE							
87	<b>OLHO DÁGUA DAS CUNHÃS</b>	10	15	29	54	R\$ .....	R\$ .....	
	PIO XII							
	SATUBINHA							
	<b>Total do Lote</b>	75	79	160	314	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 10 - REGIÃO DE SANTA INÊS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
43	MONÇÃO	17	17	17	51	R\$ .....	R\$ .....	R\$ .....
	PINDARÉ-MIRIM							
57	SANTA INÊS	12	12	12	36	R\$ .....	R\$ .....	
77	BELA VISTA DO MARANHÃO	8	37	0	45	R\$ .....	R\$ .....	
	IGARAPÉ DO MEIO							
	TUFILÂNDIA							
78	BOM JARDIM	18	15	82	115	R\$ .....	R\$ .....	
	SÃO JOÃO DO CARÚ							
96	ARAGUANÃ	10	45	5	60	R\$ .....	R\$ .....	
	GOVERNADOR NEWTON BELLO							
	ZÉ DOCA							
	Total do Lote	65	126	116	307	R\$ .....	R\$ .....	

**ITEM 11 - REGIÃO DE AÇAILÂNDIA**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
70	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	31	72	8	111	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	SANTA LUZIA							
71	AÇAILÂNDIA	12	16	29	57	R\$ ...	R\$ ...	
95	BOM JESUS DAS SELVAS	22	24	8	54	R\$ ...	R\$ ...	
	BURITICUPU							
98	CIDELÂNDIA	12	27	16	55	R\$ ...	R\$ ...	
	ITINGA DO MARANHÃO							
	SÃO FRANCISCO DO BREJÃO							
104	ARAME	8	8	8	24	R\$ ...	R\$ ...	
	Total do Lote	85	147	69	301	R\$ ...	R\$ ...	

**ITEM 12 - REGIÃO DE GRAJAÚ**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
15	GRAJAÚ	22	22	24	68	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	ITAIPAVA DO GRAJAÚ							
23	BARRA DO CORDA	24	30	16	70	R\$ ...	R\$ ...	
46	CAMPESTRE DO MARANHÃO	15	15	26	56	R\$ ...	R\$ ...	
	LAJEADO NOVO							
	PORTO FRANCO							
	SÃO JOÃO DO PARAÍSO							
82	ESTREITO	7	8	6	21	R\$ ...	R\$ ...	
	SÃO PEDRO DOS CRENTES							
97	FERNANDO FALCÃO	6	19	16	41	R\$ ...	R\$ ...	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	JENIPAPO DOS VIEIRAS							
99	<b>AMARANTE DO MARANHÃO</b>	17	17	28	62	R\$ ...	R\$ ...	
	SÍTIO NOVO							
	<b>Total do Lote</b>	91	111	116	318	R\$ ...	R\$ ...	

**ITEM 13 - REGIÃO DE IMPERATRIZ**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
33	IMPERATRIZ	11	11	11	33	R\$ ...	R\$ ...	R\$ .....
58	BURITIRANA	13	20	0	33	R\$ ...	R\$ ...	
	JOÃO LISBOA							
	SENADOR LA ROCQUE							
65	DAVINÓPOLIS	14	14	31	59	R\$ ...	R\$ ...	
	IMPERATRIZ							
92	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	3	9	13	25	R\$ ...	R\$ ...	
	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS							
103	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	8	8	7	23	R\$ ...	R\$ ...	
	MONTES ALTOS							
	RIBAMAR FIQUENE							
	Total do Lote	49	62	62	173	R\$ ...	R\$ ...	

**ITEM 14 - REGIÃO DE PRESIDENTE DUTRA**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
48	<b>DOM PEDRO</b>	7	7	5	19	R\$ ...	R\$ ...	R\$ .....
	GOVERNADOR ARCHER							
54	JOSELÂNDIA	22	22	35	79	R\$ ...	R\$ ...	





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	<b>PRESIDENTE DUTRA</b>							
	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS							
60	FORTUNA	23	23	23	69	R\$ ...	R\$ ...	
	GOVERNADOR LUIZ ROCHA							
	<b>SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO</b>							
69	CAPINZAL DO NORTE	8	8	15	31	R\$ ...	R\$ ...	
	<b>SANTO ANTÔNIO DOS LOPES</b>							
79	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO	8	8	13	29	R\$ ...	R\$ ...	
	<b>TUNTUM</b>							
108	GONÇALVES DIAS	6	7	11	24	R\$ ...	R\$ ...	
	<b>GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS</b>							
	GRAÇA ARANHA							
	<b>Total do Lote</b>	74	75	102	251	R\$ ...	R\$ ...	

**ITEM 15 - REGIÃO DE BALSAS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
11	ALTO PARNAÍBA	14	14	10	38	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	TASSO FRAGOSO							
22	BALSAS	16	16	16	48	R\$ ...	R\$ ...	
26	CAROLINA	14	14	4	32	R\$ ...	R\$ ...	
34	SAMBAÍBA	6	8	7	21	R\$ ...	R\$ ...	
	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS							



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

62	LORETO	9	12	7	28	R\$ ...	R\$ ...	
	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO							
	SÃO FÉLIX DE BALSAS							
75	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	8	12	4	24	R\$ ...	R\$ ...	
	RIACHÃO							
105	FORMOSA DA SERRA NEGRA	21	26	0	47	R\$ ...	R\$ ...	
	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS							
	NOVA COLINAS							
	Total do Lote	88	102	48	238	R\$ ...	R\$ ...	

**ITEM 16 - REGIÃO COLINAS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi- mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
17	BENEDITO LEITE	9	11	30	50	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ....
	NOVA IORQUE							
	PASTOS BONS							
21	BARÃO DE GRAJAÚ	11	31	0	42	R\$ ...	R\$ ...	
	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO							
29	COLINAS	6	9	4	19	R\$ ...	R\$ ...	
	JATOBÁ							
44	BURITI BRAVO	11	13	15	39	R\$ ...	R\$ ...	
	LAGOA DO MATO							
	PASSAGEM FRANCA							
53	PARAIBANO	14	14	0	28	R\$ ...	R\$ ...	
	SÃO JOÃO DOS PATOS							
	SUCUPIRA DO RIACHÃO							
72	MIRADOR	10	15	0	25	R\$ ...	R\$ ...	
	SUCUPIRA DO NORTE							



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	<b>Total do Lote</b>	61	93	49	203	R\$ ...	R\$ ...	
--	----------------------	----	----	----	-----	---------	---------	--

**ITEM 17 - REGIÃO DE TURIAÇU**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
39	TURIAÇU	10	34	16	60	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
55	CARUTAPERA	13	13	6	32	R\$ ...	R\$ ...	
	CARUTAPERA/LUIS DOMINGUES							
	LUÍS DOMINGUES							
64	AMAPÁ DO MARANHÃO	11	24	11	46	R\$ ...	R\$ ...	
	CÂNDIDO MENDES							
	GODOFREDO VIANA							
80	NOVA OLINDA DO MARANHÃO	10	23	11	44	R\$ ...	R\$ ...	
	PRESIDENTE MÉDICI							
	SANTA LUZIA DO PARUÁ							
100	BOA VISTA DO GURUPI	13	13	10	36	R\$ ...	R\$ ...	
	CENTRO NOVO DO MARANHÃO							
	JUNCO DO MARANHÃO							
	MARACAÇUMÉ							
101	CENTRO DO GUILHERME	12	12	12	36	R\$ ...	R\$ ...	
	GOVERNADOR NUNES FREIRE							
	MARANHÃOZINH O							
	Total do Lote	69	119	66	254	R\$ ...	R\$ ...	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**ITEM 18 - REGIÃO DE PINHEIRO**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
14	<b>CURURUPU</b>	8	5	13	26	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
30	CEDRAL	16	24	0	40	R\$ ...	R\$ ...	
	CENTRAL DO MARANHÃO							
	<b>GUIMARÃES</b>							
	MIRINZAL							
	PORTO RICO DO MARANHÃO							
37	<b>PINHEIRO</b>	12	12	4	28	R\$ ...	R\$ ...	
83	<b>SANTA HELENA</b>	22	31	0	53	R\$ ...	R\$ ...	
	TURILÂNDIA							
106	PEDRO DO ROSÁRIO	14	14	17	45	R\$ ...	R\$ ...	
	PRESIDENTE SARNEY							
107	APICUM-AÇU	25	25	25	75	R\$ ...	R\$ ...	
	<b>BACURI</b>							
	SERRANO DO MARANHÃO							
	<b>Total do Lote</b>	97	111	59	267	R\$ ...	R\$ ...	

**ITEM 19 - REGIÃO DE SÃO BENTO**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhi mento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
38	BACURITUBA	13	14	19	46	R\$ ...	R\$ ...	R\$ ...
	PALMEIRÂNDIA							
	<b>SÃO BENTO</b>							
45	<b>PENALVA</b>	9	9	15	33	R\$ ...	R\$ ...	
52	<b>ALCÂNTARA</b>	13	13	3	29	R\$ ...	R\$ ...	
63	CAJAPIÓ	13	13	13	39	R\$ ...	R\$ ...	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	<b>SÃO JOÃO BATISTA</b>							
	SÃO VICENTE FERRER							
86	<b>MATINHA</b>					R\$ ...	R\$ ...	
	OLINDA NOVA DO MARANHÃO	14	14	14	42			
111	<b>BEQUIMÃO</b>					R\$ ...	R\$ ...	
	PERI MIRIM	3	7	22	32			
	<b>Total do Lote</b>	65	70	86	221	R\$ ...	R\$ ...	

<b>TOTAL (1º Turno)</b>	<b>R\$ .....</b>
<b>TOTAL (2º Turno)</b>	<b>R\$ .....</b>
<b>TOTAL GERAL (1º e 2º Turnos)</b>	<b>R\$ .....</b>

**\*Os serviços referentes ao SEGUNDO TURNO somente se efetivarão na ocorrência deste.**

b.1) Os preços propostos não poderão ser superiores aos valores estabelecidos no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sob pena de desclassificação;

b.2) **Deverão ser atendidas todas as observações constantes do ITEM 9 do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.**

c) Prazo de validade, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da Sessão Pública;

d) **Requisitos da Contratação**, de acordo com o **item 3** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

e) **Critérios de Sustentabilidade** conforme previstos no **item 3.2** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

f) **Modelo de Execução do Objeto**, de acordo com o **item 5** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital;

g) Características dos serviços ofertados, de acordo com as especificações constantes do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

h) Dados da licitante tais como: telefone, e-mail, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento (facultada a apresentação destas informações quando da contratação);

9.7. O **PREGOEIRO**, no julgamento das propostas, poderá realizar diligências ou requisitar informações, incluindo esclarecimentos e detalhamentos sobre elas, sem implicar modificação de seu teor ou inclusão de documento ou informação que deveria constar originalmente.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

9.7.1 A não apresentação das informações solicitadas implicará no julgamento no estado em que se encontram as propostas, podendo resultar em sua desclassificação.

9.8. No julgamento da proposta, o **PREGOEIRO** poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, fundamentando e registrando sua decisão no **SISTEMA**.

9.9. A vedação à inclusão de novo documento no art. 64 da Lei de Licitações e Contratos, Lei 14.133/2021, não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

9.10. O **PREGOEIRO** poderá solicitar à licitante o envio de **PROPOSTA DE PREÇOS** retificada, para correção de erros formais.

9.11. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade da proposta, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

9.12. O **PREGOEIRO** poderá encaminhar a **PROPOSTA DE PREÇOS** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.

9.13. A classificação das propostas dar-se-á pelo critério de MENOR PREÇO, sendo considerada vencedora a que ofertar o MENOR LANCE e que atender às condições do Edital.

9.14. Caso haja agrupamento de itens, o critério do SUBITEM 9.13 deverá levar em conta o somatório dos itens e a adjudicação deverá ser realizada para todo o grupo.

9.15. Decorrido o prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** sem convocação para a contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos, cabendo, no caso, negociação com o **TRIBUNAL** para manter o preço proposto.

9.16. O **TRIBUNAL** poderá solicitar à licitante a prorrogação do prazo de validade da **PROPOSTA DE PREÇOS** por até 30 (trinta) dias. Neste caso, tanto a solicitação quanto a aceitação serão formuladas por escrito, sendo facultado à licitante recusar ou aceitar o pedido; no caso de concordância, a **PROPOSTA DE PREÇOS** não poderá ser modificada.

9.17. Verificando-se discordância entre o preço unitário e o total da **PROPOSTA DE PREÇOS**, prevalecerá o primeiro, sendo corrigido o preço total; ocorrendo divergência entre valores numéricos e os por extenso, prevalecerão os últimos. Se a licitante não aceitar a correção de tais erros, ocorrerá sua desclassificação, convocando-se a licitante subsequentemente classificada, se houver.

9.18. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** serão de responsabilidade exclusiva da licitante.

9.19. A apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS** obriga a licitante vencedora ao cumprimento de todas as condições deste Edital, sujeitando-se às sanções previstas neste Edital e na legislação aplicada à espécie.

## **10. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

10.1. Após declarada a licitante vencedora, o **PREGOEIRO**, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação, verificará o eventual descumprimento das condições de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

participação quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante verificação aos seguintes cadastros:

- a) Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;
- e) Cadastro de Regularidade na Contratação de Pessoas com Deficiência e Reabilitados da Previdência Social da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego.

10.1.1 Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).

10.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.3 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o **PREGOEIRO** diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas, devendo convocar previamente a licitante para manifestação.

10.1.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5 O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.1.6 Constatada a existência de sanção, o **PREGOEIRO** reputará a licitante desclassificada, por falta de condição de participação.

10.2. Não incorrendo a licitante em sanções impeditivas, o **PREGOEIRO** consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à sua habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista, e, se for o caso, em relação à qualificação econômica financeira e/ou habilitação técnica.

10.3. É dever da licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da Sessão Pública.

10.3.1 Em se tratando de documentos não contemplados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF ou se as informações do SICAF não estiverem atualizadas na data de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

abertura da Sessão Pública, a licitante deverá encaminhar, em conjunto com a apresentação da **PROPOSTA DE PREÇOS**, a respectiva documentação atualizada.

10.3.2 O descumprimento acima implicará na inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo **PREGOEIRO** lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.3.2.1 A indisponibilidade de consulta, ainda que temporária, por qualquer motivo, ao sítio eletrônico oficial, no momento da verificação pelo **PREGOEIRO**, também importará em inabilitação da licitante.

10.3.3 Se os documentos e as informações no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF continuarem desatualizadas ou tais documentos não estejam previstos no SICAF), o **PREGOEIRO** deverá convocar a licitante para apresentação dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** atualizados no prazo do SUBITEM 10.4 deste Edital caso não seja possível ou não logre êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s) na consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões.

10.4. Havendo a necessidade de envio de **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via **SISTEMA**, no prazo de **04 (quatro) horas**, sob pena de inabilitação.

10.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.7. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.7.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.8 Ressalvado o disposto nos SUBITEMS 5.7 e 10.3, as licitantes deverão encaminhar, nos termos do SUBITEM 5.2, a documentação relacionada a seguir, para fins de habilitação:

**10.8.1 Habilitação jurídica:**

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

- d) inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- f) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

10.8.1.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

**10.8.2 Regularidade fiscal e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
- e) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
  - e.1) caso seja considerada isenta dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
  - f.1) caso seja considerada isenta dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

**10.8.2.1** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, sob pena de inabilitação.

**10.8.3 Habilitação Técnica**

- a) A empresa deverá apresentar atestado (ou declaração) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão da licitante na execução de atividades compatíveis com o objeto desta contratação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

b) A comprovação da capacidade técnica solicitada acima deverá contemplar a entrega em, no máximo, 3 (três) dias, de um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total de locais previsto, com endereços distintos, conforme tabela abaixo:

<b>TABELA 3</b>		
	<b>QUANTIDADE DE LOCAIS DO LOTE</b>	<b>QUANTIDADE DE LOCAIS QUE REPRESENTAM 30% DO LOTE</b>
LOTE 01	266	80
LOTE 02	399	120
LOTE 03	459	138
LOTE 04	386	116
LOTE 05	296	89
LOTE 06	254	77
LOTE 07	276	83
LOTE 08	318	96
LOTE 09	312	94
LOTE 10	355	107
LOTE 11	344	104
LOTE 12	356	107
LOTE 13	216	65
LOTE 14	303	91
LOTE 15	232	70
LOTE 16	211	64
LOTE 17	301	91
LOTE 18	369	111
LOTE 19	295	89



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- b.1) A comprovação acima visa garantir que a empresa possua experiência suficiente para gerir a frota necessária ao alcance do objeto e reduzir ao máximo a possibilidade de insucesso na execução da contratação.
- b.2) Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, ou no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- c) Declaração formal que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- d) Será exigido da(s) empresa(s) vencedora(s), no momento da habilitação, a **Comprovação de Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC**, conforme a Resolução nº 4.799, de 27 de julho de 2015, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

**10.8.4. Qualificação Econômico-Financeira**

**10.8.4.1.** Para fins de demonstração da **qualificação econômico-financeira** será exigida:

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

a.1) No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

b) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) =  $(\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$ ;

II - Solvência Geral (SG) =  $(\text{Ativo Total}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante})$ ; e

III - Liquidez Corrente (LC) =  $(\text{Ativo Circulante}) / (\text{Passivo Circulante})$ .

c) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos acima, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

d) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

e) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

f) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

g) Caso seja necessário, a Contratante poderá diligenciar junto à licitante acerca das declarações prestadas.

10.9. Desde que atenda a todas as demais exigências do Edital e observado o disposto no SUBITEM 10.8.2.1, constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e/ou trabalhista de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, o certame será suspenso e a licitante será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério do PREGOEIRO, quando requerida pela licitante, mediante justificativa apresentada dentro dos primeiros 5 (cinco) dias úteis.

10.9.1. A abertura da fase recursal em relação ao resultado do certame ocorrerá após esses prazos de regularização fiscal e/ou trabalhista.

10.9.2. A não-regularização fiscal e/ou trabalhista no prazo previsto no SUBITEM anterior acarretará a inabilitação da licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a continuidade do certame, convocando-se a licitante subsequente classificada, se houver.

10.10. Caso não seja possível decidir de imediato sobre a aceitabilidade dos **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, o **PREGOEIRO** poderá suspender o **PREGÃO** e marcar nova data para seu julgamento, ficando intimadas, no mesmo ato, as licitantes.

10.11. O **PREGOEIRO** poderá encaminhar os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** para análise técnica de setor competente ou da autoridade superior.

10.12. O **PREGOEIRO**, constatando que a licitante atende a todas as condições de habilitação exigidas neste Edital, proclamá-la-á **HABILITADA**. Aquela que deixar de apresentar a documentação exigida ou apresentar de forma irregular será proclamada **INABILITADA**.

10.13. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

## **11. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. Imediatamente após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o **PREGOEIRO** abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, em campo próprio do **SISTEMA**, para manifestação de intenção de recurso dos licitantes.

11.1.1. A intenção de recorrer deverá ser apresentada no prazo referido acima, sob pena de preclusão.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

11.1.2. As razões recursais deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis cotados da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do Art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, da ata de julgamento.

11.1.3. A apreciação dar-se-á em fase única.

11.2. Qualquer licitante é parte legítima para apresentar contrarrazões, também via **SISTEMA**, em igual prazo, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.3. Decorridos esses prazos, o **PREGOEIRO** terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proferir sua decisão.

11.3.1. Caso não reconsidere sua decisão, o **PREGOEIRO** submeterá o recurso, com a sua motivação, à consideração da autoridade superior do **TRIBUNAL**, que proferirá decisão definitiva, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.4. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.5. Os autos do processo licitatório permanecerão com vista franqueada aos interessados na **ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÃO - ASLIC**, no endereço indicado neste Edital.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

12.1. A Sessão Pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da Sessão Pública precedente ou em que seja anulada a própria Sessão Pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

13.1. Declarada a vencedora e exauridos os recursos administrativos, a **AUTORIDADE SUPERIOR**, através do **SISTEMA**, fará a adjudicação e homologação do objeto desta licitação à vencedora.

13.2. A autoridade superior procederá à homologação do certame, após verificar cumpridos os requisitos deste Edital e da legislação aplicável.

## **14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1. Nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/21, comete infração administrativa a licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

14.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta, em especial, quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- d) Deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com o especificado (quando houver previsão em edital).

14.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

14.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

14.1.5. Fraudar a licitação.

14.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

14.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.1.8.1. A empresa que praticar ato lesivo fica submetida à Resolução n. 10.141/2023 – TRE-MA, que dispõe sobre a regulamentação do Processo Administrativo de Responsabilização objetiva, administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, nos procedimentos licitatórios e contratos administrativos, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do TRE-MA do dia 17 de novembro de 2023.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar às licitantes e/ou adjudicatárias as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

- a) Advertência (aplicada às faltas leves, de menor gravidade, que não acarretarem prejuízo de monta ao interesse do serviço);



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- b) Multa (aplicada no percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do orçamento estimado pela Administração Pública;
- c) Impedimento de licitar e contratar (para infrações de maior gravidade); e
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade (para infrações que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar).

14.2.1. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que resultarem das condutas sancionadas para a Administração Pública;
- e) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1 e 14.1.2 a licitante estará sujeita à multa de 0,5% (meio por cento) a 1% (um por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

14.5. Para as infrações previstas nos itens 14.1.3 e 14.1.3.1, a licitante estará sujeita à multa de até 10% (dez por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública.

14.6. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4 a 14.1.8 a licitante estará sujeita a multa 15% (quinze por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do orçamento estimado pela Administração Pública

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1 a 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.4 a 14.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1 a 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave do que a sanção de impedimento de licitar e contratar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, conforme previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

14.9. Nos termos da Lei nº 14.133/21, fica a licitante vencedora sujeita às penalidades previstas na Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

14.10. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. As multas imputadas, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Fazenda e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6.830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**14.16. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa.**

14.17. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.18. Deverão ser observadas, ainda, as disposições previstas na **CLÁUSULA DÉCIMA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

14.19. Os atos administrativos de aplicação de sanções serão publicados no Diário Oficial da União e registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.

14.20. A autoridade superior, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**14.21 As notificações serão realizadas por meio dos endereços de correio eletrônico (e-mail) cadastrados no SICAF e indicados na proposta, se houver.**





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**14.21.1. É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA manter seus dados cadastrais, especialmente o endereço de e-mail, devidamente atualizados no SICAF e monitorar diariamente o recebimento de comunicações, incluindo caixas de spam (lixo eletrônico) ou similares.**

**14.21.2 Para as notificações referentes à apuração e aplicação de penalidades, rescisão contratual ou quaisquer outros atos que impliquem o exercício do contraditório e da ampla defesa, relacionadas tanto à fase licitatória quanto à fase contratual, será adotado o seguinte procedimento, ficando expressamente dispensada a notificação por via postal (Correios):**

**a) A CONTRATANTE enviará a notificação para o domicílio eletrônico (e-mail) oficial da CONTRATADA, sendo que a contagem do prazo para manifestação iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data em que a CONTRATADA confirmar o recebimento do e-mail.**

**b) Caso a CONTRATADA não confirme o recebimento do e-mail no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data do seu envio, a CONTRATANTE providenciará a notificação por meio de publicação de extrato no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), a partir do terceiro dia útil e, nessa hipótese, a contagem do prazo para manifestação iniciar-se-á no primeiro dia útil seguinte à data de publicação da notificação no Diário de Justiça Eletrônico (DJE), independentemente de qualquer outra comunicação."**

**15. DO PAGAMENTO**

15.1. De acordo com a **CLÁUSULA TERCEIRA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

**16. DAS OBRIGAÇÕES DO TRIBUNAL**

16.1. O **TRIBUNAL** obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA QUINTA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

**17. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA**

17.1. A licitante vencedora obriga-se a cumprir todas as exigências editalícias, inclusive as que estão estabelecidas na **CLÁUSULA SEXTA** da Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

**18. DO CONTRATO**

18.1. Após a homologação, a contratação será formalizada pelo **TRIBUNAL** por meio de instrumento contratual nos moldes do Modelo da Minuta de Contrato - Anexo II deste Edital, ou ainda, quando for o caso, pela emissão da nota de empenho, ordem de serviço ou outro instrumento similar, conforme dispõe o art. 95, da Lei nº 14.133/2021.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1 O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.3. Previamente à formalização do Contrato, a Administração realizará consulta para verificar eventuais sanções impeditivas na forma do SUBITEM 10.1 deste Edital e quanto às condições de habilitação.

18.4. Na hipótese de irregularidade quanto às condições de habilitação, a licitante vencedora deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e anexos.

18.4.1. O prazo poderá ser prorrogado por solicitação justificada da licitante adjudicatária e aceita pela Administração.

18.5. O Contrato a ser firmado terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 14.133/2021.

18.6. Após a assinatura do Contrato o **TRIBUNAL**, através da Coordenadoria de Licitações, Aquisições e Contratos - COLAC, providenciará, até o quinto dia do mês subsequente ao mês da assinatura do Contrato, a resenha do Contrato para publicá-la no Diário Oficial da União – D.O.U., até o vigésimo dia desse mês.

18.6.1. A publicação do extrato resumido do Contrato poderá ser acompanhada pelo CONTRATADO no site [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).

18.7. O **TRIBUNAL** poderá rescindir o Contrato desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no seu artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei. O **TRIBUNAL** providenciará a divulgação do extrato de contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Diário Oficial da União - DOU, por intermédio da Coordenadoria de Licitações, Aquisições e Contratos - COLAC, no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura.

18.7.1. A publicação do extrato resumido do Contrato poderá ser acompanhada pelo CONTRATADO no site [www.in.gov.br](http://www.in.gov.br).

18.8. O **TRIBUNAL** poderá rescindir o Contrato desde que ocorra qualquer das hipóteses previstas no artigo 137, da Lei nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no seu artigo 80, sem prejuízo das sanções previstas naquela Lei e neste Edital, nas condições estabelecidas na Minuta do Contrato – Anexo II deste Edital.

18.9. A rescisão do Contrato não eximirá a contratada da aplicação das sanções previstas no instrumento convocatório e seus anexos.

## **19. DA DURAÇÃO DO CONTRATO**

**19.1. O contrato terá vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à sua publicação** no Diário Oficial da União (D.O.U), devendo ser divulgado no PNCP, no prazo de vinte dias úteis,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, **estendendo-se até o dia 31 de dezembro de 2026**, conforme disposto no **ITEM 15.1** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## **20. DA VISTORIA DOS VEÍCULOS**

20.1. De acordo com o **ITEM 5** do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

## **21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

21.1. O edital deste **PREGÃO** se encontra disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e também nos endereços eletrônicos [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras) e [www.tre-ma.jus.br](http://www.tre-ma.jus.br).

21.2. Quaisquer informações relativas a esta licitação serão prestados pelo **PREGOEIRO** e membros da equipe de apoio na **Assistência de Análise e Licitações - ASLIC**, localizada no primeiro andar do Anexo ao Prédio Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, situado na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís, através dos telefones: (98) 2107-8876/8823, ou pelo e-mail [aslic@tre-ma.jus.br](mailto:aslic@tre-ma.jus.br), em dias úteis, de segunda a quinta, no horário das 13 às 19h e na sexta, das 8 às 14h, obedecidos os seguintes critérios:

- a) Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e o **TRIBUNAL**;
- b) Os casos omissos serão resolvidos pelo **PREGOEIRO**, que decidirá com base nas normas conduzidas pela legislação em vigor aplicada à espécie.

21.3. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no **SISTEMA**, imediatamente disponibilizada na *internet*, para acesso livre.

21.4. Fazem parte integrante deste Edital o Anexo I – Termo de Referência, Anexo II – Minuta do Contrato.

São Luís, 16 de junho de 2026.

**MATEUS MARINHO ALENCAR**  
Chefe da ASLIC



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO**

1.1 Serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas, mídias de resultados, malotes, cabinas de votação e baterias destinados às seções eleitorais e mesas de justificativas a serem instaladas nos 217 municípios do Estado do Maranhão, por ocasião das Eleições Gerais de 2026, **para execução no primeiro e segundo turnos da Eleição, este último apenas SE HOUVER.**

1.2 Os serviços objeto desta contratação são classificados como comuns, nos termos do 6º, XIII da Lei 14.133/2021.

1.3. Para o desenvolvimento do processo logístico de transporte, o Estado do Maranhão será dividido em 19 (dezenove) lotes, conforme tabela abaixo:

Lote	Designação	Zonas Eleitorais	Qnt. de Rotas de Distribuição	Qnt. de Rotas de Recolhimento	Qnt. de Rotas de Recolhimento de Mídias	Qnt. Total
1	São Luís	1ª, 2ª, 3ª, 10ª, 76ª, 89ª	51	60	83	194
2	Região Municípios Próximos à Capital	18ª, 31ª, 47ª, 93ª, 110ª	108	119	122	349



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

3	Região dos Lençóis Maranhenses	12 <sup>a</sup> , 32 <sup>a</sup> , 40 <sup>a</sup> , 51, 56 <sup>a</sup>	74	140	52	266
4	Região de Chapadinha	24 <sup>a</sup> , 25 <sup>a</sup> , 42 <sup>a</sup> , 50 <sup>a</sup> , 73 <sup>a</sup>	89	160	58	307
5	Região de Caxias	4 <sup>a</sup> , 5 <sup>a</sup> , 6 <sup>a</sup> , 19 <sup>a</sup> , 36 <sup>a</sup> , 81 <sup>a</sup>	71	81	81	233
6	Região de Codó	7 <sup>a</sup> , 8 <sup>a</sup> , 28 <sup>a</sup> , 68 <sup>a</sup> , 84 <sup>a</sup>	80	75	96	251
7	Região de Itapecuru-Mirim	16 <sup>a</sup> , 20 <sup>a</sup> , 27 <sup>a</sup> , 41 <sup>a</sup> , 109 <sup>a</sup>	60	96	74	230
8	Região de Pedreiras	9 <sup>a</sup> , 61 <sup>a</sup> , 67 <sup>a</sup> , 74 <sup>a</sup> , 102 <sup>a</sup>	86	144	120	350
9	Região de Bacabal	13 <sup>a</sup> , 35 <sup>a</sup> , 49 <sup>a</sup> , 66 <sup>a</sup> , 87 <sup>a</sup>	75	79	160	314
10	Região da Santa Inês	43 <sup>a</sup> , 57 <sup>a</sup> , 77 <sup>a</sup> , 78 <sup>a</sup> , 96 <sup>a</sup>	65	126	116	307
11	Região de Açailândia	70 <sup>a</sup> , 71 <sup>a</sup> , 95 <sup>a</sup> , 98 <sup>a</sup> , 104 <sup>a</sup>	85	147	69	301
12	Região de Grajaú	15 <sup>a</sup> , 23 <sup>a</sup> , 46 <sup>a</sup> , 82 <sup>a</sup> , 97 <sup>a</sup> , 99 <sup>a</sup>	91	111	116	318
13	Região de Imperatriz	33 <sup>a</sup> , 58 <sup>a</sup> , 65 <sup>a</sup> , 92 <sup>a</sup> , 103 <sup>a</sup>	49	62	62	173
14	Região de Presidente Dutra	48 <sup>a</sup> , 54 <sup>a</sup> , 60 <sup>a</sup> , 69 <sup>a</sup> , 79 <sup>a</sup> , 108 <sup>a</sup>	74	75	102	251
15	Região de Balsas	11 <sup>a</sup> , 22 <sup>a</sup> , 26 <sup>a</sup> , 34 <sup>a</sup> , 62 <sup>a</sup> , 75 <sup>a</sup> , 105 <sup>a</sup>	88	102	48	238



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

16	Região de Colinas	17 <sup>a</sup> , 21 <sup>a</sup> , 29 <sup>a</sup> , 44 <sup>a</sup> , 53 <sup>a</sup> , 72 <sup>a</sup>	61	93	49	203
17	Região de Turiaçu	39 <sup>a</sup> , 55 <sup>a</sup> , 64 <sup>a</sup> , 80 <sup>a</sup> , 100 <sup>a</sup> , 101 <sup>a</sup>	69	119	66	254
18	Região de Pinheiro	14 <sup>a</sup> , 30 <sup>a</sup> , 37 <sup>a</sup> , 83 <sup>a</sup> , 106 <sup>a</sup> , 107 <sup>a</sup>	97	111	59	267
19	Região de São Bento	38 <sup>a</sup> , 45 <sup>a</sup> , 52 <sup>a</sup> , 63 <sup>a</sup> , 86 <sup>a</sup> , 111 <sup>a</sup>	65	70	86	221
<b>TOTAIS</b>			<b>1438</b>	<b>1970</b>	<b>1619</b>	<b>5027</b>

1.4 Os contratos terão **vigência até o dia 31 de dezembro de 2026**.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A presente contratação ampara-se nos Estudos Técnicos Preliminares (SEI nº 0011218-51.2025.6.27.8000), os quais concluíram pela viabilidade técnica e econômica da solução de execução indireta do transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas, mídias de resultados, malotes, cabinas de votação e baterias;

2.2 A necessidade da contratação decorre da complexa e crítica operação de movimentação dos materiais eleitorais, que inclui as urnas eletrônicas, mídias de resultado, malotes e cabinas de votação. Estes materiais precisam ser transportados de forma segura e eficiente do Cartório Eleitoral para os locais onde funcionarão as mesas receptoras de votos e de justificativas, e, após o pleito, serem recolhidos e devolvidos à origem.

2.3. Desde a introdução da urna eletrônica em 1996, o TRE-MA tem dependido da contratação de empresas especializadas para esta operação devido a fatores estruturais e temporais críticos:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

2.3.1 Prazo Exíguo: O processo de logística eleitoral exige a execução de atividades de coleta, distribuição e recolhimento em um prazo extremamente curto, o que demanda uma operação de grande escala e alta coordenação.

2.3.2 Ausência de Capacidade Própria: As 105 Zonas Eleitorais do Estado do Maranhão não possuem a estrutura material (frota, equipamentos adequados) nem o contingente de pessoal suficientes para executar, com segurança e dentro do prazo imposto, uma operação logística desta complexidade e magnitude, que abrange todo o território estadual.

2.3.3 Complexidade e Diferenciação: A operação envolve uma logística complexa e diferenciada, requerendo expertise específica para lidar com a natureza sensível dos materiais eleitorais e as particularidades geográficas e de acesso dos 217 municípios.

2.4 A referida contratação está em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão 2021-2026, incluindo-se no Macrodesafio "Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **3.1. Natureza do objeto**

Trata-se de serviços de natureza comum, pois os padrões de desempenho podem ser objetivamente definidos pelo mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021.

#### **3.2. Dos requisitos de sustentabilidade socioambiental**

3.2.1. A fim de atender aos imperativos inerentes à sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá:

- a) Efetuar o manejo correto dos resíduos sólidos gerados a partir da execução do objeto contratual, dando a adequada destinação a pneus, óleos, fluidos, materiais plásticos, borrachas e todo e qualquer resíduo produzido, observadas sempre as recomendações dos fabricantes de produtos e peças automotivas;
- b) Manter todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos rigorosamente em dia, conforme especificações dos fabricantes e em consonância com a quilometragem de cada veículo, a fim de diminuir a ocorrência de queima irregular de combustível e consequente emissão de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

poluentes na atmosfera e no solo, bem como o desgaste prematuro de peças e componentes, ajudando assim a reduzir o passivo ambiental produzido pela execução do objeto contratual, fazendo prova da boa condição dos veículos no momento de sua apresentação e execução dos serviços.

3.2.2. No tocante à sustentabilidade social, deverá a Contratada zelar, por meio da atuação dos seus prepostos, pelo bem-estar dos trabalhadores alocados na execução dos serviços, cuidando especialmente do efetivo uso pelos profissionais dos equipamentos de proteção individual (cintos de segurança, capacetes para motociclistas, calçados e vestimentas adequados ao tipo de atividade, etc.), minimizando a possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.

### **3.3. Características dos bens a serem transportados:**

3.3.1 As urnas eletrônicas são bens sensíveis e devem ser manuseadas com o maior cuidado possível, devidamente acondicionadas, assim como as cabinas de votação, mídias de resultados e malotes. Esses objetos têm as seguintes especificações:

	<b>Urna Eletrônica</b>	<b>Mídias de Aplicação, Resultado, Flash Card</b>	<b>Cabina de votação (dobrada)</b>	<b>Malote</b>	<b>Bateria</b>
<b>Valor Unitário (R\$)</b>	R\$ 128,75 (modelo 2013) R\$ 354,91 (modelo 2015) R\$ 3.472,72 (modelo 2020)	R\$ 60,61	R\$ 3,00	R\$ 22,70	47,89





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	R\$ 5.204,57 (modelo 2022)				
<b>Peso (Embalada)</b>	10 Kg	15 g	600 g	1,5 Kg	2,5 Kg
<b>Dimensões da Caixa</b>	Modelo 2013, 2015) Altura: 23,5 cm Largura: 53,5 cm Profundidade: 42,5 cm  Modelo 2020 e 2022  Altura: 29,5 cm Largura: 42,5 cm Profundidade: 41,5 cm	Altura: 10 mm Largura: 55,5 mm Cumprimento: 99 mm	Altura: 0,50 cm Largura: 80 cm Profundidade: 90cm Volume: 3600 cm <sup>3</sup>	Largura: 31 cm Cumprimento: 41cm	Altura: 10 cm Largura: 6,5 cm Cumprimento: 15,1cm
<b>Empilhamento máximo</b>	10 caixas	10 unidades	12 unidades	15 unidades	5 unidades

### 3.3 Da Subcontratação

3.3.1 Não será admitida a subcontratação do objeto, salvo se houver anuência prévia e expressa autorização do CONTRATANTE, sendo esta relativa apenas a obrigações acessórias, até o limite autorizado, em cada caso, nos termos do art. 122 e parágrafos da Lei 14.133/2021.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução a ser contratada consiste na prestação de serviços especializados e integrados de logística e transporte rodoviário de cargas sensíveis, sob demanda, para atender às necessidades do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) durante o planejamento, execução e pós-execução das Eleições Gerais de 2026.

##### **4.1 Objeto da Solução e Abrangência Geográfica**

4.1.1 O objetivo central é a contratação, mediante processo licitatório, de uma empresa ou consórcio apto a realizar, com segurança e eficiência, o ciclo completo de movimentação dos materiais eleitorais, abrangendo:

- 217 municípios do Maranhão.
- Todos os locais de votação, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais.

4.1.2 A contratada será remunerada pela execução dos serviços conforme as rotas estipuladas pelo TRE-MA, garantindo o transporte de:

- Urnas Eletrônicas (UEs) e Mídias de Resultado.
- Malotes, cabinas de votação e demais materiais.

##### **4.2 Cronograma de Execução - Para 1º e 2º Turno (se houver)**

4.2.1 A solução deve ser capaz de gerenciar uma operação de alta complexidade e capilaridade, sujeita a um cronograma rígido e exíguo focado no final de semana do pleito:

<b>Etapas</b>	<b>Material</b>	<b>Local de Início</b>	<b>Previsão de Início</b>	<b>Previsão de Término</b>
---------------	-----------------	------------------------	---------------------------	----------------------------



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Distribuição (Ida)	Urnas e Materiais	Cartórios Eleitorais	Sábado (Véspera do Pleito)	Sábado, até às 15:00 horas
Distribuição (Capital)	Urnas e materiais de São Luís	Depósito da Capital	Carregamento Sexta-feira (Semana da Eleição) - das 8:00 às 17:00 horas Distribuição Sábado (Véspera do Pleito)	Sábado, até às 15:00 horas
Recolhimento (Volta)	Urnas, e demais Materiais	Locais de Votação	Domingo, a partir das 17:00 horas (imediatamente após o encerramento da votação)	Domingo, até às 21:00 horas (no mesmo dia)
Recolhimento (Volta)	Mídias	Locais de Votação	Domingo, a partir das 17:00 horas (imediatamente após o encerramento da votação)	Domingo, até às 20:00 horas (no mesmo dia)

4.2.2 A pontualidade é um fator crítico, visto que o atraso na distribuição compromete o início da votação e o atraso no recolhimento impacta diretamente a totalização dos resultados.

### **4.3 Estrutura Operacional Exigida**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

4.3.1 A empresa contratada será responsável por fornecer uma solução que inclua Recursos Humanos, Frota Adequada e Gerenciamento Logístico (roteirização e rastreamento) para lidar com a vasta área de cobertura e a criticidade temporal da operação.

4.3.2 A contratação desta solução visa substituir a capacidade logística interna inexistente nas Zonas Eleitorais do TRE-MA, garantindo que o Tribunal possa focar em suas atividades finalísticas, transferindo para o contratado a responsabilidade pela coleta, distribuição e devolução dos materiais essenciais para a realização exitosa, segura e pontual das Eleições 2026, executando as rotas constantes no Anexo II.

## **5. METODOLOGIA DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

5.1 Cada chefe de cartório emitirá Ordem de Serviço **detalhando as rotas** de execução.

5.2 Concluídos os serviços, o chefe do cartório terá o prazo de até 48 (quarenta e oito) horas para atestar sua execução.

### **5.3 Dos serviços a serem executados**

O transporte dos materiais será realizado em três fases, conforme discriminado abaixo, obedecendo aos prazos, condições e obrigações contidas no Termo de Referência. **Contudo, para fins de cotação de preços e pagamentos, deverá ser considerada a execução total dos serviços.** A divisão do processo em FASES serve unicamente para a elucidação dos procedimentos.

#### **5.3.1. Primeira Fase (Distribuição das urnas e demais materiais)**

5.3.1.1. As urnas e demais materiais deverão ser retirados, já organizados, dos locais de armazenamento da Capital e das sedes de zona eleitoral, colocados nos veículos, transportados e entregues aos responsáveis, nos seus respectivos locais de votação ou de justificativa.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

5.3.1.2. Os materiais deverão ser coletados nos locais de armazenamento e distribuídos no dia 03 de outubro de 2026 (sábado), até às 15h.

5.3.1.3. **Especificamente para o Lote 01 (Município de São Luís), o carregamento das urnas e demais materiais nos veículos da contratada deverá ser feito no dia 02.10.2026 (sexta-feira), no horário das 8h às 17h horas, sob pena de descumprimento do horário de entrega**, haja vista que são aproximadamente 2.200 (duas mil e duzentas) urnas a serem carregadas.

5.3.1.4. O responsável pelo roteiro de distribuição deverá contatar o chefe do cartório, a fim de confirmar que a execução do serviço foi finalizada corretamente, relatando quaisquer ocorrências adversas, que porventura tenham acontecido durante a entrega das urnas, nos respectivos locais de votação.

5.3.1.5. Em casos excepcionais, **como na hipótese de alteração do calendário eleitoral ou por motivo de segurança**, poderá haver a distribuição em datas e horários diferentes dos acima informados, **com prévia comunicação das empresas contratadas**, sem que haja alteração dos preços contratados.

### **5.3.2. Segunda Fase (Recolhimento das urnas e demais materiais)**

5.3.2.1. Ao final do período de votação, deverá ser feito o procedimento inverso.

5.3.2.2. O recolhimento das urnas e demais materiais dos locais de votação e a devolução aos locais de armazenamento deverão ocorrer no dia 04 de outubro de 2026 (domingo). O processo iniciará com o encerramento da votação e deverá estar concluído até às 21h, salvo nos casos em que houver atrasos justificados e atestados pela Zona Eleitoral ou em casos fortuitos ou força maior, tais como, atraso no encerramento dos trabalhos na seção eleitoral.

5.3.2.3. O veículo da contratada deverá estar no local que iniciará o recolhimento no máximo até às 16h30min e o recolhimento das urnas e dos materiais dos locais de votação deverá acontecer a partir das 17h, salvo nos casos em que houver atraso justificado e atestado pela Zona Eleitoral.

### **5.3.3. Terceira Fase (Recolhimento das mídias)**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

5.3.3.1. Visando a celeridade na transmissão dos resultados, a maior parte das Zonas Eleitorais recolhe as mídias de resultado primeiro do que as urnas e demais materiais que são utilizados nas seções eleitorais.

5.3.3.2. As rotas de recolhimento de mídias são realizadas com motocicletas.

5.3.3.3. O veículo da contratada deverá estar no local que iniciará o recolhimento das mídias no máximo até as 16h30min e o recolhimento nos locais de votação deverá ocorrer a partir das 17h e deverá estar concluído até às 20h, salvo nos casos em que houver atraso justificado e atestado pela Zona Eleitoral.

## **5.4 Roteiros**

**5.4.1. A Contratada deverá executar os roteiros de distribuição e recolhimento, conforme consta no Anexo II do Termo de Referência, vedado o agrupamento de rotas e a utilização de um veículo para executar mais de uma rota.**

5.4.2. O controle, nos locais de votação, do material entregue e recolhido será realizado através dos recibos de entrega e de recolhimento. Todos os campos constantes no referido recibo deverão ser preenchidos e obrigatoriamente assinados pelos seus respectivos responsáveis, a fim de garantir a análise dos dados pela própria Zona Eleitoral.

**5.4.3. Em alguns municípios que não são sede de Zona Eleitoral (municípios-termo), as urnas serão recolhidas para os locais de transmissão de votos (Juntas Especiais) e, depois, para os Cartórios ou depósito de urnas eletrônicas.** Em todos os casos, haverá a prévia comunicação à Contratada, com o envio da relação das Juntas Especiais, com a devida antecedência. Os locais de transmissão acima mencionados ou Juntas Especiais ficam localizados dentro da circunscrição da Zona Eleitoral, razão pela qual não há justificativa para acréscimos aos preços contratados.

5.4.4. Os roteiros poderão sofrer alterações, inclusive com o remanejamento de rotas de uma Zona Eleitoral para outra, pertencentes ao mesmo lote, desde que não inviabilize o cumprimento da metodologia prevista no subitem 5.3 e desde **que não haja a necessidade de aumento do**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**quantitativo dos veículos contratados**, razão pela qual não há justificativa para acréscimos aos preços contratados.

## **5.5 Veículos**

5.5.1. As urnas e demais materiais deverão ser transportados em veículos fechados, de forma a evitar que sejam danificados por chuvas ou outros eventos.

5.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar às zonas eleitorais e à Gestão do Contrato do TRE-MA, até o dia 18/09/2026, a listagem contendo especificação de modelo, placa e ano de fabricação dos veículos que serão utilizados para o transporte, bem como o nome dos transportadores com os telefones de contato e entregar declaração de vistoria dos veículos atestando que se encontram em plenas condições para transporte das urnas e demais materiais.

5.5.3. A contratada estará vinculada à execução dos serviços com os veículos constantes da listagem apresentada à zona eleitoral.

5.5.4. Em caso de sinistro ou qualquer outro motivo de indisponibilidade de veículo alocado nos serviços, deverá a contratada promover sua substituição, podendo, em situações excepcionais e de urgência, devidamente avaliadas pelo Chefe do Cartório ou Juiz Eleitoral, admitir-se veículo diverso daquele constante da listagem apresentada à zona eleitoral.

5.5.5. Os veículos devem estar em perfeitas condições de conservação e funcionamento, com equipamentos de segurança e itens obrigatórios de série, bem como de ano de fabricação não superior a 10 (dez) anos, salvo por autorização do Gestor/Fiscal do Contrato.

5.5.6. É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a vistoria prévia dos veículos que serão apresentados, relativamente à limpeza e às boas condições dos pneus, incluindo o estepe, e à sua adequação às características exigidas.

5.5.7. Os veículos alocados na execução dos serviços não poderão conter, sob hipótese alguma, qualquer identificação, propaganda eleitoral ou símbolo que remeta a partido ou coligação, quer em nível municipal, estadual ou federal.

5.5.8. O juízo eleitoral poderá solicitar vistoria dos veículos que deverá ser realizada na sede do cartório, no período de 28/09/2026 a 02/10/2026, ou em outro local dentro da circunscrição da zona ou em outra data, previamente agendado com o encarregado da Contratada.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

5.5.9. A contratada deverá elaborar e apresentar aos Cartórios Eleitorais um plano para a imediata substituição de veículo que vier a apresentar algum problema durante a realização da distribuição ou recolhimento das urnas e demais materiais, **de modo a garantir o cumprimento da obrigação contratual nas datas e horários definidos, sob pena de sofrer a aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento da contratação.**

## **5.6 Emprego de Transporte Fluvial.**

5.6.1 Os locais de votação cujo acesso seja, exclusivamente, através de barco, não serão objeto da contratação.

5.6.2 A logística de distribuição e recolhimento das urnas nesses locais será efetuada pelo TRE-MA, inclusive a contratação e pagamento dos barcos necessários.

## **5.7 Pessoal**

5.7.1 **Para cada Lote** deverá ser designado formalmente 1(um) preposto da empresa para representá-la na execução do contrato com o TRE-MA, com, no mínimo, 2 (dois) telefones celulares de operadoras diferentes e autonomia gerencial, **no prazo de até 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura do contrato.** Após a nomeação, o preposto poderá ser convocado para se fazer presente em reuniões realizadas pela Comissão Gestora do Contrato. Durante o período de distribuição e recolhimento das urnas e demais materiais, deverá estar na Sede do TRE-MA (Central de Totalização). A empresa que for responsável por mais de um lote poderá indicar apenas um representante.

5.7.2 **Para cada Zona Eleitoral do Estado**, deverá ser designado formalmente 1 (um) encarregado com, no mínimo, 2 (dois) telefones celulares de operadoras diferentes, com autonomia gerencial, **no prazo de até 30 (trinta) dias antes da realização das eleições.**

5.7.3 O encarregado não poderá acumular sua função com a de motorista ou auxiliar de motorista.

5.7.4 Não poderão ser encarregados ou colaboradores para desenvolver as atividades desta contratação os candidatos e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

o cônjuge e os membros de partido político que exerçam função executiva, nos termos do Art. 18 da Resolução nº 23.611/2019-TSE.

5.7.5 Nos municípios com mais de uma zona eleitoral, o mesmo encarregado poderá atender a mais de uma zona.

5.7.6 O representante da CONTRATADA em cada município-sede de zona eleitoral deverá comparecer à reunião agendada pelo respectivo juízo – ou representante por ele designado –, até os dias 04 de setembro de 2026 (30 dias antes do 1º turno) e 15 de outubro do mesmo ano (dez dias antes do 2º turno, se houver), para definição de questões administrativas.

5.7.7 Até o início da coleta e distribuição das urnas e demais materiais, a presença do encarregado na sede da zona eleitoral não será necessária; porém, ele deverá estar à disposição do respectivo juízo para contato, por telefone próprio ou da contratada, para qualquer esclarecimento.

5.7.8 Trinta minutos antes do horário designado pela Zona Eleitoral para o início da coleta e distribuição até a confirmação da entrega de todos os materiais nos locais de votação, o encarregado deverá estar presente no Cartório Eleitoral ou no local designado pelo juízo específico.

5.7.9 Das 14h da data do pleito até a confirmação do recolhimento de todas as urnas e demais materiais de eleição, o encarregado deverá estar presente no Cartório Eleitoral ou no local designado pelo juízo específico.

5.7.10 A Zona Eleitoral poderá optar por acompanhar a entrega das urnas, principalmente nas localidades rurais, valendo-se da oportunidade para realizar o teste de funcionamento nas respectivas urnas. O acompanhamento por servidor da zona eleitoral poderá ocorrer paralelamente à atividade de entrega, em carro providenciado pelo cartório para esse fim, ou no veículo da CONTRATADA, caso não onere as partes e tampouco cause atrasos à estimativa prevista para o término do cumprimento do roteiro.

5.7.11 Na hipótese de acompanhamento de servidor do cartório, no mesmo veículo da contratada, a função daquele ficará restrita à fiscalização e conferência da entrega dos materiais ou eventual e necessário teste das urnas para verificar se não houve avaria no transporte.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

5.7.12 É vedado o transporte de pessoa estranha aos trabalhos da Justiça Eleitoral ou alheia ao objeto desta contratação, durante a execução do serviço, nos veículos reservados à movimentação dos materiais.

**5.8. Segundo turno das eleições, SE HOUVER:**

5.8.1. **Caso haja o segundo turno das Eleições**, deverá ser observado o disposto nos itens acima, salvo quanto às datas, considerando que, neste caso, as Eleições realizar-se-ão no dia 25.10.2026, assim, o transporte dar-se-á no dia 24.10.2026 (sábado) e o recolhimento ocorrerá no dia 25.10.2026 (domingo).

5.8.2. Especificamente para o Lote 01 (Município de São Luís), o carregamento das urnas e demais materiais nos veículos da contratada deverá ser feito no dia 23.10.2026 (sexta-feira), no horário das 08h às 17h, sob pena de descumprimento do horário de entrega, haja vista que são aproximadamente 2.200 (duas mil e duzentas) urnas a serem carregadas.

## **6. OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **6.1 DA CONTRATADA:**

6.1.1 Caberá à CONTRATADA retirar as urnas e demais materiais dos locais de armazenamento, colocá-los nos veículos, transportá-los e entregá-los ao responsável de cada local de votação.

6.1.2 Executar os roteiros na ordem prevista, observando as estimativas de tempo para distribuição e entrega das urnas nos locais de votação.

6.1.3 Cumprir rigorosamente as rotas e os horários acertados com os juízes eleitorais para o início das atividades tanto de coleta e distribuição quanto de recolhimento e devolução.

6.1.4 Após o encerramento da votação, a partir das 17h, deverá recolher as urnas e materiais, devidamente acondicionados, colocá-los no veículo e fazer o transporte até o local de armazenamento, onde deverão ser guardados em ordem, conforme orientação do cartório eleitoral.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

6.1.5 Os veículos e colaboradores da contratada, responsáveis pela coleta e devolução das urnas, deverão estar devidamente identificados, conforme designação formal: os veículos, com adesivo ou cartaz; os colaboradores, com crachá.

6.1.6 Os veículos e o pessoal envolvido não poderão circular ou realizar atividade com identificação ou indumentária "A Serviço da Justiça Eleitoral" fora dos horários de prestação do serviço previsto no Plano de Distribuição e Recolhimento.

6.1.7 Adotar as cautelas necessárias para o manuseio e transporte das urnas, observando as orientações da Justiça Eleitoral.

6.1.8 Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.1.9 Zelar para que seus funcionários mantenham a urbanidade no tratamento com as pessoas e tenham o devido cuidado com o manuseio do material.

6.1.10 Abster-se de alocar, na execução dos serviços, colaboradores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao TRE, bem como de familiar de agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança neste Tribunal, nos termos do Art. 7º da Resolução TSE n.º 23.234/2010 c/c Art. 7º do Decreto n.º 7.203/2010 e art. 3º da Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça.

6.1.11 Responsabilizar-se por eventual ocorrência de avaria ou extravio de urna(s) eletrônica(s) durante as etapas de coleta, transporte, distribuição ou devolução.

6.1.12. A contratada estará vinculada à execução dos serviços com os motoristas constantes da listagem apresentada à zona eleitoral.

6.1.13 Eventuais alterações do(s) motorista(s) deverá ser comunicado imediatamente ao Chefe de Cartório pelo encarregado, por escrito e de forma pessoal, a fim de que a informação seja repassada ao responsável pelo local de votação.

6.1.14 Obter todo tipo de licença junto aos órgãos fiscalizadores (guias e demais documentos necessários) para perfeita execução do transporte.

6.1.15. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

6.1.16. Garantir que seja observada, pelos colaboradores em geral, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 - TRE/MA.

**6.2 DA CONTRATANTE:**

6.2.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, bem como atestar na Nota Fiscal, a efetiva prestação dos serviços;

6.2.2 Proporcionar todas as condições e informações necessárias à perfeita execução do objeto licitado, inclusive informações das rotas a serem executadas;

6.2.3 Comunicar formalmente à Contratada qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto licitado;

6.2.4 Efetuar os pagamentos à Contratada no prazo e condições estabelecidas, após o devido atesto da nota fiscal.

6.2.5 Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais.

6.2.6 Isentar-se de responsabilidade por obrigações assumidas pela Contratada perante terceiros, ainda que relacionadas à execução do objeto, bem como por danos causados a terceiros por atos da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 A Gestão do Contrato será exercida por servidores nomeados em Portaria da Presidência do TRE-MA, que comporão a Comissão Gestora do Contrato.

7.2 A fiscalização setorial do serviço será exercida pelos Chefes de Cartórios Eleitorais.

7.3 Caberá à Comissão Gestora do Contrato:

- a) Cumprir e fazer cumprir a contratação;
- b) Reportar-se à administração superior da contratada ou diretamente ao seu Preposto, para tratar de assuntos relacionados à gestão do contrato;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

c) Comunicar à Secretaria de Administração do TRE-MA o descumprimento de cláusula contratual e instaurar procedimento administrativo para apuração de irregularidade, quando devidamente autorizado;

7.4 Caberá aos Fiscais do Contrato:

a) Zelar pelo cumprimento das cláusulas contratuais e pelos acordos de serviço estabelecidos no âmbito do juízo eleitoral e junto ao Gestor do Contrato.

b) Informar, a qualquer tempo, por escrito ou por qualquer sistemática de comunicação institucional, as irregularidades detectadas durante a prestação do serviço no âmbito de sua zona eleitoral.

c) Confirmar, no prazo determinado pelo Gestor do Contrato, a prestação do serviço em 1º turno e 2º turno, se houver, por meio de Atestado de Recebimento dos Serviços, confirmando o adimplemento da obrigação.

7.5 As zonas eleitorais da capital e do interior do Estado terão autonomia para fiscalizar os serviços da CONTRATADA em todas as fases do processo, no âmbito de sua jurisdição.

7.6 Eventuais reclamações quanto aos serviços prestados pela CONTRATADA serão inicialmente repassadas pelo chefe do cartório ao representante local desta. Não solucionados os problemas, a Comissão Gestora do Contrato contatará a Administração da CONTRATADA buscando a imediata solução das questões apresentadas.

7.7 A CONTRATADA deverá dar imediato atendimento às reclamações e/ou observações feitas pelo CONTRATANTE, refazendo e retificando, às suas expensas, os serviços que não apresentarem resultados satisfatórios, de modo a não comprometer o cumprimento do objeto contratual deste termo de referência.

7.8 Na eventual ocorrência de avaria ou extravio de urna(s) eletrônica(s) durante as etapas de coleta, transporte, distribuição ou devolução, a CONTRATADA será responsável pelo ressarcimento do(s) dano(s) causado(s) nas condições adiante estipuladas.

7.9 As comunicações entre a Contratada e o Tribunal serão mantidas por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela Gestão e Fiscalização junto ao preposto da Contratada, ocorrendo prioritariamente por e-mail ou outro meio idôneo para fins de registro;

7.10 Considerar-se-ão realizadas as notificações e comunicações, bem como iniciados os prazos para resposta ou execução, no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, independentemente de confirmação de leitura, desde que o envio tenha ocorrido dentro do horário de expediente da Contratante;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

7.11 Eventual alteração nos endereços eletrônicos da Contratada deverá ser comunicada formalmente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem consideradas válidas as notificações enviadas aos endereços anteriormente cadastrados.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

8.1 Após a prestação do serviço, a Contratada encaminhará aos membros da Comissão Gestora a nota fiscal correspondente aos serviços prestados, por lote, à qual serão juntados os atestados dos fiscais setoriais do contrato (Chefes de Cartório locais) para fins de liquidação da despesa.

8.2. O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, o qual será formalizado através do atesto da respectiva Nota Fiscal, sendo que esta deverá estar com todos os seus campos devidamente preenchidos.

**Deverá ser emitida uma Nota Fiscal por turno de eleição.**

8.3 Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste termo de referência.

8.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

8.3.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.3.3. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, sem prejuízo da aplicação de penalidade.

8.3.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

8.3.5. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8.3.6. Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.4 A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

8.5 No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

8.5.1. O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **9.1 Modalidade de Licitação e Adjudicação do Objeto**

9.1.1 Por se tratar de objeto comum, a licitação deverá ser realizada mediante Pregão Eletrônico, conforme art. 6º, XLI da Lei n. 14.133/2021.

9.1.2 No julgamento das propostas será adotado os critérios do **MENOR PREÇO POR LOTE**, observadas todas as exigências estabelecidas no Edital e neste Termo de Referência.

9.1.3 Os valores ofertados deverão incluir todos os custos diretos e indiretos pertinentes ao fornecimento dos bens, não sendo aceitos preços acima dos valores de referência estimados neste instrumento

### **9.2 Das propostas**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

9.2.1 As propostas serão apresentadas por lote, abrangendo todas as suas respectivas Zonas Eleitorais, com valores expressos conforme o Anexo VII.

**9.2.2 Levantamento dos custos de execução dos serviços:**

9.2.2.1 A(s) empresa(s) interessada(s) deverá(ão) realizar o levantamento de seus respectivos custos, os quais comporão suas respectivas propostas, com base nas informações prestadas neste Termo de Referência.

9.2.2.2 A(s) sociedade(s) empresária(s) contará(ão) com os seguintes dados para subsidiar a estimativa dos valores de sua mobilização:

- a) Especificação Técnica, peso unitário aproximado e valor unitário em reais (R\$) dos materiais a serem transportados, apresentados no tópico 3 deste Termo de Referência.
- b) Rotas a serem executadas, com especificações dos veículos, locais de votação, tipo de estradas, quilometragem estimada e tempo estimado para realização das rotas, as quais são informadas no Anexo II.

**9.3 Exigências de qualificação**

9.3.1 Para demonstração da **Qualificação Econômico-Financeira**:

9.3.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

9.3.1.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, a licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

9.3.1.2. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo)/(Passivo Circulante +





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG)= (Ativo Total)/(Passivo Circulante +Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante)/(Passivo Circulante).

9.3.1.3 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um), em qualquer dos índices referidos acima, em vista dos riscos para a administração, deverão comprovar patrimônio líquido no valor mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

9.3.1.4 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

9.3.1.5. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

9.3.1.6. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

**9.3.2 Para demonstração da Qualificação Técnico-Operacional:**

a) A empresa deverá apresentar atestado (ou declaração) de capacidade técnica, em nome do licitante, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão da licitante na execução de atividades compatíveis com o objeto desta contratação.

b) A comprovação da capacidade técnica solicitada acima deverá contemplar a entrega em, no máximo, 3 (três) dias, de um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo total de locais previsto, com endereços distintos, conforme tabela abaixo:

TABELA 3		
	QUANTIDADE DE LOCAIS DO LOTE	QUANTIDADE DE LOCAIS QUE REPRESENTAM 30% DO LOTE
LOTE 01	266	80



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

LOTE 02	399	120
LOTE 03	459	138
LOTE 04	386	116
LOTE 05	296	89
LOTE 06	254	77
LOTE 07	276	83
LOTE 08	318	96
LOTE 09	312	94
LOTE 10	355	107
LOTE 11	344	104
LOTE 12	356	107
LOTE 13	216	65
LOTE 14	303	91
LOTE 15	232	70
LOTE 16	211	64
LOTE 17	301	91
LOTE 18	369	111
LOTE 19	295	89

b.1) A comprovação acima visa garantir que a empresa possua experiência suficiente para gerir a frota necessária ao alcance do objeto e reduzir ao máximo a possibilidade de insucesso na execução da contratação.

b.2) Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal e/ou secundária da licitante, especificada no contrato social, devidamente registrado na junta comercial competente, ou no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.

c) Declaração formal que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

d) Será exigido da(s) empresa(s) vencedora(s), no momento da habilitação, a **Comprovação de Inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga – RNTRC,**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

conforme a Resolução nº 4.799, de 27 de julho de 2015, da Agência Nacional de Transporte Terrestre – ANTT.

**10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

10.1 O valor total estimado para este Pregão Eletrônico é de **R\$ 6.388.657,12 (seis milhões trezentos e oitenta e oito mil seiscientos e cinquenta e sete reais e doze centavos)**.

10.2 Custo previsto para o 1º turno: **R\$ 3.194.328,56 (três milhões cento e noventa e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)**.

10.3 Custo previsto para o 2º turno: **R\$ 3.194.328,56 (três milhões cento e noventa e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e cinquenta e seis centavos)**.

CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO								
LOTE 01 - SÃO LUIS								
Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
1	SÃO LUIS	6	9	14	29	R\$ 27.112,49	R\$ 27.112,49	R\$ 289.076,10
2	SÃO LUIS	9	10	9	28	R\$ 24.445,75	R\$ 24.445,75	
3	SÃO LUIS	7	8	13	28	R\$ 18.659,95	R\$ 18.659,95	
10	SÃO LUIS	13	14	14	41	R\$ 27.341,46	R\$ 27.341,46	
76	SÃO LUÍS	9	9	18	36	R\$ 26.609,59	R\$ 26.609,59	
89	SÃO LUÍS	7	10	15	32	R\$ 20.368,81	R\$ 20.368,81	
	Total do Lote	51	60	83	194	R\$ 144.538,05	R\$ 144.538,05	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

**LOTE 02 - MUNICÍPIOS PRÓXIMOS À CAPITAL**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
18	BACABEIR A	31	30	30	91	R\$ 52.698,41	R\$ 52.698,41	R\$ 392.918,34
	ROSÁRIO							
	SANTA RITA							
31	AXIXÁ	26	26	30	82	R\$ 45.263,53	R\$ 45.263,53	
	ICATU							
47	SÃO JOSÉ DE RIBAMAR	12	12	22	46	R\$ 25.992,74	R\$ 25.992,74	
93	PAÇO DO LUMIAR	12	18	0	30	R\$ 28.879,20	R\$ 28.879,20	
	RAPOSA							
110	CACHOEIR A GRANDE	27	33	40	100	R\$ 43.625,29	R\$ 43.625,29	
	MORROS							
	PRESIDENTE JUSCELINO							
	Total do Lote	108	119	122	349	R\$ 196.459,17	R\$ 196.459,17	

**LOTE 03 - REGIÃO DOS LENÇÓIS MARANHENSES**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
12	ÁGUA DOCE DO MARANHÃO	8	15	17	40	R\$ 27.405,78	R\$ 27.405,78	R\$ 380.431,16
	ARAIOSES							
32	HUMBERT	21	58	16	95	R\$	R\$	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	<b>O DE CAMPOS</b>					62.727,74	62.727,74	
	PRIMEIRA CRUZ							
	SANTO AMARO DO MARANHÃO							
40	PAULINO NEVES	12	27	0	39	R\$ 31.341,04	R\$ 31.341,04	
	<b>TUTÓIA</b>							
51	MAGALHÃES DE ALMEIDA	12	19	16	47	R\$ 30.386,16	R\$ 30.386,16	
	SANTANA DO MARANHÃO							
	<b>SÃO BERNARDO</b>							
56	<b>BARREIRINHAS</b>	21	21	3	45	R\$ 38.354,86	R\$ 38.354,86	
	<b>Total do Lote</b>	74	140	52	266	R\$ 190.215,58	R\$ 190.215,58	

**LOTE 04 - REGIÃO DE CHAPADINHA**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
24	ANAPURUS							
	<b>BREJO</b>							
	MILAGRES DO MARANHÃO	20	45	24	89	R\$ 55.485,49	R\$ 55.485,49	R\$ 355.111,36
	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO							
25	<b>BURITI</b>	14	18	16	48	R\$	R\$	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

						23.696,27	23.696,27	
42	<b>CHAPADINHÁ</b>	8	49	0	57	R\$	R\$	
	MATA ROMA					31.048,06	31.048,06	
50	NINA RODRIGUES	28	28	18	74	R\$	R\$	
	PRESIDENTE VARGAS					35.698,14	35.698,14	
	<b>VARGEM GRANDE</b>							
73	BELÁGUA	19	20	0	39	R\$	R\$	
	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO					31.627,72	31.627,72	
	<b>URBANO SANTOS</b>							
	<b>Total do Lote</b>	89	160	58	307	R\$	R\$	
						177.555,68	177.555,68	

**LOTE 05 - REGIÃO DE CAXIAS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º turno	Valor 2º turno	Valor Total
4	<b>CAXIAS</b>	28	28	33	89	R\$	R\$	
						49.113,40	49.113,40	
5	ALDEIAS ALTAS	6	6	6	18	R\$	R\$	
						13.997,93	13.997,93	
6	SÃO JOÃO DO SOTER	9	9	0	18	R\$	R\$	
	SENADOR ALEXANDRE COSTA					15.623,63	15.623,63	
19	<b>TIMON</b>	13	20	23	56	R\$	R\$	
						32.557,80	32.557,80	
36	<b>PARNARAMA</b>	8	11	11	30	R\$	R\$	
						19.675,60	19.675,60	
81	<b>MATÕES</b>	7	7	8	22	R\$	R\$	
								R\$ 292.533,66



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

						15.298,47	15.298,47	
	<b>Total do Lote</b>	71	81	81	233	R\$ 146.266,83	R\$ 146.266,83	

**LOTE 06 - REGIÃO DE CODÓ**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
7	<b>CODÓ</b>	32	33	26	91	R\$ 51.891,94	R\$ 51.891,94	R\$ 297.872,24
	TIMBIRAS							
8	<b>COROATÁ</b>	11	12	17	40	R\$ 24.307,97	R\$ 24.307,97	
	PERITORÓ							
28	AFONSO CUNHA	19	13	9	41	R\$ 29.778,19	R\$ 29.778,19	
	<b>COELHO NETO</b>							
	DUQUE BACELAR							
68	<b>CANTANH EDE</b>	8	8	20	36	R\$ 20.887,59	R\$ 20.887,59	
	MATÕES DO NORTE							
	PIRAPEMAS							
84	<b>SÃO MATEUS DO MARANHÃO</b>	10	9	24	43	R\$ 22.070,43	R\$ 22.070,43	
	<b>Total do Lote</b>	80	75	96	251	R\$ 148.936,12	R\$ 148.936,12	

**LOTE 07 - REGIÃO DE ITAPECURU-MIRIM**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
16	<b>ITAPECURU MIRIM</b>	6	19	25	50	R\$ 31.173,35	R\$ 31.173,35	R\$ 290.117,74
20	CAJARI	16	31	0	47	R\$ 34.958,91	R\$ 34.958,91	
	<b>VIANA</b>							



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

27	<b>ARARI</b>	11	14	17	42	R\$ 22.342,96	R\$ 22.342,96	
41	<b>VITÓRIA DO MEARIM</b>	10	10	32	52	R\$ 28.022,07	R\$ 28.022,07	
109	<b>ANAJATUBA</b> MIRANDA DO NORTE	17	22	0	39	R\$ 28.561,58	R\$ 28.561,58	
	<b>Total do Lote</b>	60	96	74	230	R\$ 145.058,87	R\$ 145.058,87	

**LOTE 08 - REGIÃO PEDREIRAS**

<b>Zona</b>	<b>Município</b>	<b>Rotas Distribuição</b>	<b>Rotas Recolhimento</b>	<b>Rotas Recolhimento Mídias</b>	<b>Total Rotas</b>	<b>Valor 1º Turno</b>	<b>Valor 2º Turno</b>	<b>Valor Total</b>
9	<b>PEDREIRAS</b> TRIZIDELA DO VALE	12	14	17	43	R\$ 21.960,98	R\$ 21.960,98	R\$ 348.234,70
61	<b>ESPERANTINÓPOLIS</b> POÇÃO DE PEDRAS SÃO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA SÃO ROBERTO	13	48	20	81	R\$ 43.297,10	R\$ 43.297,10	
67	BERNARDO DO MEARIM IGARAPÉ GRANDE LIMA CAMPOS	6	20	21	47	R\$ 22.950,56	R\$ 22.950,56	
74	<b>LAGO DA PEDRA</b> LAGO DO JUNCO	42	40	53	135	R\$ 57.994,04	R\$ 57.994,04	





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	LAGO DOS RODRIGUES							
	LAGOA GRANDE							
102	MARAJÁ DO SENA <b>PAULO RAMOS</b>	13	22	9	44	R\$ 27.914,67	R\$ 27.914,67	
	<b>Total do Lote</b>	86	144	120	350	R\$ 174.117,35	R\$ 174.117,35	

**LOTE 09 - REGIÃO DE BACABAL**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
13	<b>BACABAL</b>	25	25	31	81	R\$ 45.043,19	R\$ 45.043,19	
35	ALTO ALEGRE DO MARANHÃO <b>SÃO LUÍZ GONZAGA DO MARANHÃO</b>	8	7	8	23	R\$ 17.529,75	R\$ 17.529,75	
49	ALTAMIRA DO MARANHÃO BREJO DE AREIA <b>VITORINO FREIRE</b>	10	10	49	69	R\$ 33.434,79	R\$ 33.434,79	
66	BOM LUGAR CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU LAGO VERDE	22	22	43	87	R\$ 44.155,66	R\$ 44.155,66	
								R\$ 341.971,90



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

87	<b>OLHO D'ÁGUA DAS CUNHÃS</b>	10	15	29	54	R\$ 30.822,56	R\$ 30.822,56	
	PIO XII							
	SATUBINH A							
	<b>Total do Lote</b>	75	79	160	314	R\$ 170.985,95	R\$ 170.985,95	

**LOTE 10 - REGIÃO DE SANTA INÊS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
43	MONÇÃO	17	17	17	51	R\$ 30.794,86	R\$ 30.794,86	R\$ 331.818,22
	PINDARÉ-MIRIM							
57	SANTA INÊS	12	12	12	36	R\$ 23.894,89	R\$ 23.894,89	
77	BELA VISTA DO MARANHÃO	8	37	0	45	R\$ 26.316,43	R\$ 26.316,43	
	IGARAPE DO MEIO							
	TUFILÂNDIA							
78	BOM JARDIM	18	15	82	115	R\$ 51.340,35	R\$ 51.340,35	
	SÃO JOÃO DO CARÚ							
96	ARAGUANÃ	10	45	5	60	R\$ 33.562,58	R\$ 33.562,58	
	GOVERNADOR NEWTON BELLO							
	ZÉ DOCA							
	Total do Lote	65	126	116	307	R\$ 165.909,11	R\$ 165.909,11	

**LOTE 11 - REGIÃO DE AÇAILÂNDIA**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Zona	Município	Rotas Distribui ção	Rotas Recolhime nto	Rotas Recolhime nto Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
70	ALTO ALEGRE DO PINDARÉ	31	72	8	111	R\$ 53.026,00	R\$ 53.026,00	R\$ 361.077,42
	SANTA LUZIA							
71	AÇAILÂN DIA	12	16	29	57	R\$ 32.149,52	R\$ 32.149,52	
95	BOM JESUS DAS SELVAS	22	24	8	54	R\$ 44.201,07	R\$ 44.201,07	
	BURITIC UPU							
98	CIDELÂNDI A	12	27	16	55	R\$ 31.016,84	R\$ 31.016,84	
	ITINGA DO MARANHÃ O							
	SÃO FRANCISC O DO BREJÃO							
104	ARAME	8	8	8	24	R\$ 20.145,28	R\$ 20.145,28	
	Total do Lote	85	147	69	301	R\$ 180.538,71	R\$ 180.538,71	

**LOTE 12 - REGIÃO DE GRAJAÚ**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
15	<b>GRAJAÚ</b>	22	22	24	68	R\$ 48.331,30	R\$ 48.331,30	R\$ 413.145,86
	ITAIPAVA DO GRAJAÚ							
23	<b>BARRA DO CORDA</b>	24	30	16	70	R\$ 46.610,42	R\$ 46.610,42	
46	CAMPESTR E DO	15	15	26	56	R\$	R\$	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	MARANHÃ O					30.442,12	30.442,12	
	LAJEADO NOVO							
	<b>PORTO FRANCO</b>							
	SÃO JOÃO DO PARAÍSO							
82	<b>ESTREITO</b>							
	SÃO PEDRO DOS CRENTES	7	8	6	21	R\$ 18.568,69	R\$ 18.568,69	
97	FERNANDO FALCÃO							
	JENIPAPO DOS VIEIRAS	6	19	16	41	R\$ 25.385,33	R\$ 25.385,33	
99	<b>AMARANT E DO MARANH ÃO</b>							
	SÍTIO NOVO	17	17	28	62	R\$ 37.235,07	R\$ 37.235,07	
	<b>Total do Lote</b>	91	111	116	318	R\$ 206.572,93	R\$ 206.572,93	

**LOTE 13 - REGIÃO DE IMPERATRIZ**

Zona	Município	Rotas Distribui ção	Rotas Recolhime nto	Rotas Recolhime nto Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
33	<b>IMPERAT RIZ</b>	11	11	11	33	R\$ 29.184,64	R\$ 29.184,64	
58	BURITIRAN A							
	<b>JOÃO LISBOA</b>	13	20	0	33	R\$ 31.263,19	R\$ 31.263,19	R\$ 276.173,64
	SENADOR LA ROCQUE							
65	DAVINÓPO LIS	14	14	31	59	R\$ 34.605,51	R\$ 34.605,51	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	<b>IMPERATRIZ</b>							
92	<b>SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA</b>	3	9	13	25	R\$ 21.599,69	R\$ 21.599,69	
	VILA NOVA DOS MARTÍRIOS							
103	GOVERNADOR EDISON LOBÃO	8	8	7	23	R\$ 21.433,79	R\$ 21.433,79	
	<b>MONTES ALTOS</b>							
	RIBAMAR FIQUENE							
	<b>Total do Lote</b>	49	62	62	173	R\$ 138.086,82	R\$ 138.086,82	

**LOTE 14 - REGIÃO DE PRESIDENTE DUTRA**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
48	<b>DOM PEDRO</b>							
	GOVERNADOR ARCHER	7	7	5	19	R\$ 18.698,70	R\$ 18.698,70	
54	JOSELÂNDIA							
	<b>PRESIDENTE DUTRA</b>	22	22	35	79	R\$ 42.004,98	R\$ 42.004,98	R\$ 324.635,92
	SÃO JOSÉ DOS BASÍLIOS							
60	FORTUNA							
	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	23	23	23	69	R\$ 35.830,05	R\$ 35.830,05	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	<b>SÃO DOMINGOS DO MARANHÃO</b>							
69	CAPINZAL DO NORTE <b>SANTO ANTÔNIO DOS LOPES</b>	8	8	15	31	R\$ 23.237,41	R\$ 23.237,41	
79	SANTA FILOMENA DO MARANHÃO <b>TUNTUM</b>	8	8	13	29	R\$ 24.496,58	R\$ 24.496,58	
108	GONÇALVES DIAS <b>GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS</b> GRAÇA ARANHA	6	7	11	24	R\$ 18.050,24	R\$ 18.050,24	
	<b>Total do Lote</b>	74	75	102	251	R\$ 162.317,96	R\$ 162.317,96	

**LOTE 15 - REGIÃO DE BALSAS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
11	<b>ALTO PARNAÍBA</b> TASSO FRAGOSO	14	14	10	38	R\$ 31.445,10	R\$ 31.445,10	R\$ 399.374,14
22	<b>BALSAS</b>	16	16	16	48	R\$ 34.526,34	R\$ 34.526,34	
26	<b>CAROLINA</b>	14	14	4	32	R\$ 27.464,04	R\$ 27.464,04	
34	SAMBAÍBA	6	8	7	21	R\$	R\$	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	SÃO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS					18.549,24	18.549,24	
62	LORETO	9	12	7	28	R\$ 23.696,33	R\$ 23.696,33	
	SÃO DOMINGOS DO AZEITÃO							
	SÃO FÉLIX DE BALSAS							
75	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	8	12	4	24	R\$ 23.335,58	R\$ 23.335,58	
	RIACHÃO							
105	FORMOSA DA SERRA NEGRA	21	26	0	47	R\$ 40.670,44	R\$ 40.670,44	
	FORTELEZA DOS NOGUEIRAS							
	NOVA COLINAS							
	Total do Lote	88	102	48	238	R\$ 199.687,07	R\$ 199.687,07	

**LOTE 16 - REGIÃO COLINAS**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
17	BENEDITO LEITE	9	11	30	50	R\$ 26.786,97	R\$ 26.786,97	R\$ 315.591,46
	NOVA IORQUE							
	<b>PASTOS BONS</b>							
21	<b>BARÃO DE GRAJAÚ</b>	11	31	0	42	R\$ 33.206,67	R\$ 33.206,67	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	SÃO FRANCISCO DO MARANHÃO							
29	<b>COLINAS JATOBÁ</b>	6	9	4	19	R\$ 19.045,76	R\$ 19.045,76	
44	BURITI BRAVO	11	13	15	39	R\$ 28.519,06	R\$ 28.519,06	
	LAGOA DO MATO							
	<b>PASSAGEM FRANCA</b>							
53	PARAIBANO	14	14	0	28	R\$ 27.411,90	R\$ 27.411,90	
	<b>SÃO JOÃO DOS PATOS</b>							
	SUCUPIRA DO RIACHÃO							
72	<b>MIRADOR</b>	10	15	0	25	R\$ 22.825,37	R\$ 22.825,37	
	SUCUPIRA DO NORTE							
	<b>Total do Lote</b>	61	93	49	203	R\$ 157.795,73	R\$ 157.795,73	

**LOTE 17 - REGIÃO DE TURIAÇU**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
39	TURIAÇU	10	34	16	60	R\$ 30.588,36	R\$ 30.588,36	R\$ 310.818,68
55	CARUTAPERA	13	13	6	32	R\$ 23.927,64	R\$ 23.927,64	
	CARUTAPE RA/LUIS DOMINGUE S							





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

	LUÍS DOMINGUE S							
64	AMAPÁ DO MARANHÃ O	11	24	11	46	R\$ 25.327,93	R\$ 25.327,93	
	CÂNDIDO MENDES							
	GODOFRE DO VIANA							
80	NOVA OLINDA DO MARANHÃ O	10	23	11	44	R\$ 26.109,60	R\$ 26.109,60	
	PRESIDEN TE MÉDICI							
	SANTA LUZIA DO PARUÁ							
100	BOA VISTA DO GURUPI	13	13	10	36	R\$ 23.418,46	R\$ 23.418,46	
	CENTRO NOVO DO MARANHÃ O							
	JUNCO DO MARANHÃ O							
	MARACAÇ UMÉ							
101	CENTRO DO GUILHERM E	12	12	12	36	R\$ 26.037,35	R\$ 26.037,35	
	GOVERNA DOR NUNES FREIRE							
	MARANHÃ OZINHO							
	Total do Lote	69	119	66	254	R\$ 155.409,34	R\$ 155.409,34	



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES

**LOTE 18 - REGIÃO DE PINHEIRO**

Zona	Município	Rotas Distribui ção	Rotas Recolhime nto	Rotas Recolhime nto Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
14	<b>CURURUP U</b>	8	5	13	26	R\$ 23.094,52	R\$ 23.094,52	R\$ 369.538,62
30	CEDRAL	16	24	0	40	R\$ 29.344,12	R\$ 29.344,12	
	CENTRAL DO MARANHÃ O							
	<b>GUIMARÃ ES</b>							
	MIRINZAL							
	PORTO RICO DO MARANHÃ O							
37	<b>PINHEIR O</b>	12	12	4	28	R\$ 24.636,27	R\$ 24.636,27	
83	<b>SANTA HELENA</b>	22	31	0	53	R\$ 33.316,63	R\$ 33.316,63	
	TURILÂNDI A							
106	PEDRO DO ROSÁRIO	14	14	17	45	R\$ 34.160,81	R\$ 34.160,81	
	PRESIDEN TE SARNEY							
107	APICUM-AÇ U	25	25	25	75	R\$ 40.216,96	R\$ 40.216,96	
	<b>BACURI</b>							
	SERRANO DO MARANHÃ O							
	<b>Total do Lote</b>	97	111	59	267	R\$ 184.769,31	R\$ 184.769,31	



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**LOTE 19 - REGIÃO DE SÃO BENTO**

Zona	Município	Rotas Distribuição	Rotas Recolhimento	Rotas Recolhimento Mídias	Total Rotas	Valor 1º Turno	Valor 2º Turno	Valor Total
38	BACURITUBA	13	14	19	46	R\$ 29.171,35	R\$ 29.171,35	R\$ 298.215,96
	PALMEIRÂNDIA							
	SÃO BENTO							
45	PENALVA	9	9	15	33	R\$ 21.262,10	R\$ 21.262,10	
52	ALCÂNTARA	13	13	3	29	R\$ 25.167,14	R\$ 25.167,14	
63	CAJAPIÓ	13	13	13	39	R\$ 27.944,62	R\$ 27.944,62	
	SÃO JOÃO BATISTA							
	SÃO VICENTE FERRER							
86	MATINHA	14	14	14	42	R\$ 27.642,31	R\$ 27.642,31	
	OLINDA NOVA DO MARANHÃO							
111	BEQUIMÃO	3	7	22	32	R\$ 17.920,46	R\$ 17.920,46	
	PERIMIRIM							
	Total do Lote	65	70	86	221	R\$ 149.107,98	R\$ 149.107,98	

<b>TOTAL (1º Turno)</b>	<b>R\$ 3.194.328,56</b>
<b>TOTAL (2º Turno)</b>	<b>R\$ 3.194.328,56</b>
<b>TOTAL GERAL (1º e 2º Turnos)</b>	<b>R\$ 6.388.657,12</b>

**11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

11.2.1. **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

11.2.2. **Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 3 (três) anos**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem 11.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

11.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem 11.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 11.2.2.) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

11.2.4. **Multa**:

11.2.4.1. **Multa compensatória de 10% a 20%** sobre o valor total correspondente à Zona Eleitoral em que se deu a ocorrência, nos descumprimentos e inexecuções parciais, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea "b" do subitem 11.1. São exemplos desse tipo de conduta típica:



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- a) Retardar o início da entrega das urnas e materiais por mais de 30 (trinta) minutos e até 4 (quatro) horas do horário previsto;
- b) Retardar o início do recolhimento das urnas e materiais por mais de 15 (quinze) minutos e até 2 (duas) horas do horário previsto;
- c) Fornecer fora do prazo a listagem contendo especificação dos veículos e dados dos motoristas;
- d) Transportar pessoa alheia ao processo eleitoral durante a execução dos roteiros de distribuição e recolhimento;
- e) Transportar urnas e materiais em veículo impróprio com cabina ou caçamba descoberta;
- f) Apresentar veículo diferente do informado na relação apresentada ao cartório;
- g) Executar rota de distribuição e recolhimento em desconformidade com o que foi contratado e acordado com a fiscalização do contrato;
- h) Indicar preposto ou encarregado após a data prevista, até o limite de 10 (dez) dias;
- i) Indicar preposto ou encarregado de fachada e sem autonomia gerencial;
- j) Deixar de comparecer à reunião agendada pelo juiz eleitoral, sem a devida justificativa ao fiscal do contrato;
- k) Deixar de cumprir orientações repassadas pelo cartório eleitoral acerca da metodologia de trabalho a ser adotada na execução da tarefa;
- l) Deixar de atender os prazos estipulados no contrato.
- m) Deixar de entregar a documentação exigida para pagamento.

**11.2.4.2. Multa compensatória de 21 % a 30%** sobre o valor total correspondente à Zona Eleitoral em que se deu a ocorrência, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 11.2.2) e declaração de inidoneidade (subitem 11.2.3) e nas hipóteses de inexecução total do objeto. Constituem exemplos de inexecução total:

- a) Não executar o objeto do contrato;
- b) Retardar o início da entrega das urnas e materiais por mais de 4 (quatro) horas do horário previsto;
- c) Retardar o início do recolhimento das urnas e materiais por mais de 2 (duas) horas do horário previsto;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

- d) Deixar de indicar preposto, caracterizando tal fato o atraso superior a 10 (dez) dias da data prevista no item 3.7;
- e) Deixar de fornecer a listagem contendo especificação dos veículos e condutores;
- f) Causar dano ou desaparecimento de urna eletrônica;
- g) Entregar as urnas e materiais em local incorreto.
- h) Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico ou lesão corporal a outrem

11.3. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

11.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

## **12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

12.1 Os recursos para atender a esta licitação constam nas Propostas Orçamentárias de Pleitos Eleitorais nas seguintes dotações orçamentárias: Pleitos Eleitorais, PLANO INTERNO TRANSPORTE DE URNAS ELETRONICAS 1º e 2º TURNO; NATUREZA DA DESPESA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA.

## **13. ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO**

13.1 Os serviços objeto desta contratação têm como fato gerador a prestação de serviços de transporte intermunicipal e intramunicipal.

13.2 Quando o serviço for realizado na órbita de apenas um município, nesse caso intramunicipal, é fato gerador de ISS, conforme consta na lista anexa da LC 116/2003, item 16, subitem 16.02.

Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

16 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.

16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

13.3 Quanto ao local da prestação dos serviços de transporte intramunicipal, considera-se prestado no local onde o serviço é executado, conforme exceção estabelecida no art. 3º, XIX, do referido diploma legal.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

Art. 3º O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; (Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016).

13.4 A base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota mínima de 2% e máxima de 5%, conforme art. 8º e 8ª-A da LC 116/2003.

Art. 8º-A. A alíquota mínima do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza é de 2% (dois por cento). (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

§ 1º O imposto não será objeto de concessão de isenções, incentivos ou benefícios tributários ou financeiros, inclusive de redução de base de cálculo ou de crédito presumido ou outorgado, ou sob qualquer outra forma que resulte, direta ou indiretamente, em carga tributária menor que a decorrente da aplicação da alíquota mínima estabelecida no caput, exceto para os serviços a que se referem os subitens 7.02, 7.05 e 16.01 da lista anexa a esta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

§ 2º É nula a lei ou o ato do Município ou do Distrito Federal que não respeite as disposições relativas à alíquota mínima previstas neste artigo no caso de serviço prestado a tomador ou intermediário localizado em Município diverso daquele onde está localizado o prestador do serviço. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016)

§ 3º A nulidade a que se refere o § 2º deste artigo gera, para o prestador do serviço, perante o Município ou o Distrito Federal que não respeitar as disposições deste artigo, o direito à restituição do valor efetivamente pago do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza calculado sob a égide da lei nula. (Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016).





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

13.5 O fato gerador do serviço de transporte intramunicipal, tributado pelo ISS, ocorrerá na demanda das **Zonas Eleitorais que abrange só um município**, pois as rotas de distribuição e recolhimento serão executadas dentro da circunscrição municipal, conforme planilha abaixo:

<b>Lote</b>	<b>Zonas</b>
1	01ª São Luis / 2ª São Luis / 3ª São Luis / 10ª São Luis / 76ª São Luis / 89ª São Luis
2	47ª São José de Ribamar
3	56ª Barreirinhas
4	25ª Buriti
5	05ª Caxias / 19ª Timon / 36ª Parnarama / 81ª Matões
6	84ª São Mateus
7	27ª Arari / 41ª Vitoria do Mearim, 16ª Itapecuru-Mirim
8	
9	13ª Bacabal
10	57ª Santa Inês
11	71ª Açailândia / 104ª Arame
12	23ª Barra do Corda
13	33ª Imperatriz
14	
15	22ª Balsas / 26ª Carolina
16	
17	39ª Turiaçu
18	14ª Cururupu / 37ª Pinheiro
19	45ª Penalva / 52ª Alcântara

13.6 Para **as Zonas Eleitorais que abrangem mais de um município** cujo o transporte tem natureza intermunicipal o licitante será tributado pelo ICMS, conforme planilha abaixo.

<b>Lote</b>	<b>Zonas</b>
1	
2	18ª Rosário / 31ª Icatu / 93ª Paço do Lumiar / 110ª Morros
3	12ª Araioses / 32ª Humberto de Campos / 40ª Tutóia / 51ª São Bernardo
4	24ª Brejo / 42ª Chapadinha / 50ª Vargem Grande / 73ª Urbano Santos
5	05ª Caxias / 06ª Caxias
6	07ª Codó / 08ª Coroatá / 28ª Coelho Neto / 68ª Cantanhede
7	109ª Itapecuru-Mirim / 20ª Viana
8	09ª Pedreira / 61ª Esperantinópolis / 67ª Pedreira / 74ª Lago da Pedra / 102ª Paulo Ramos
9	35ª São Luís Gonzaga do Maranhão / 49ª Vitorino Freira / 66ª Bacabal / 87ª Olho D'água das Cunhas



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

10	43ª Pindaré Mirim / 77ª Santa Inês / 78ª Bom Jardim / 96ª Zé Doca
11	70ª Santa Luzia / 95ª Buriticupu / 98ª Açailândia
12	15ª Grajaú / 46ª Porto Franco / 82ª Estreito / 97ª Barra do Corda / 99ª Amarante do Maranhão
13	58ª João Lisboa / 65ª Imperatriz / 92ª Imperatriz / 103ª Montes Altos
14	48ª Dom Pedro / 54ª Presidente Dutra / 60ª São Domingos do Maranhão / 69ª Santo Antônio do Lopes / 79ª Tuntum / 108ª Governador Eugênio Barros
15	11ª Alto Parnaíba / 34ª São Raimundo das Mangabeiras / 62ª Loreto / 75ª Riachão / 105ª Balsas
16	17ª Pastos Bons / 21ª Barão de Grajaú / 29ª Colinas / 44ª Passagem Franca / 53ª São João dos Pastos / 72ª Mirador
17	55ª Carutapera / 64ª Cândido Mendes / 80ª Santa Luzia do Paruá / 100ª Maracaçumé / 101ª Governador Nunes Freire
18	30ª Guimarães / 83ª Santa Helena / 106ª Pinheiro / 107ª Bacuri
19	38ª São Bento / 63ª São João Batista / 86ª Matinha / 111ª Bequimão

13.7 O serviço de transporte intermunicipal é fato gerador do ICMS, conforme art. 155, II, da CF/1988, descabendo assim a tributação do ISS.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993).

13.8 O Decreto 19.714/2003, atualizado pela Resolução administrativa 19/2019, que institui o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS também enuncia o fato gerador da obrigação tributária no seu artigo 1, inciso II:

Art. 1º O imposto incide sobre:

...

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

13.9 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 18%, conforme art. 28, inciso III, b do RICMS.

13.10 Quanto ao local de prestação do serviço de transporte intermunicipal, conforme art. 30, inciso II, a, o local é onde tenha se iniciado a prestação do serviço. Em nosso caso específico, as sedes de Zona Eleitoral, em regra.

#### **14. OBJETIVO ESTRATÉGICO E PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES**

14.1 A referida aquisição está em consonância com o Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão 2021-2026, relacionado ao Objetivo Estratégico "Realizar eleições céleres, seguras e transparentes".

14.2 Está prevista no Plano Anual de Contratações – PAC, exercício de 2026, conforme Portaria 773/2025- TRE/MA.

#### **15 – VIGÊNCIA DO CONTRATO E REAJUSTE**

15.1. O contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

15.2. O índice de reajuste a ser aplicado, na forma da lei e do contrato, será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE).

#### **16. DOS ANEXOS**

16.1 Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

- a) Anexo I** – Lotes da Licitação;
- b) Anexo II** – Rotas de distribuição e recolhimento;
- c) Anexo III** – Resumo das rotas de distribuição e recolhimento POR ZONA ELEITORAL;
- d) Anexo IV** – Resumo das rotas de distribuição e recolhimento POR LOTE;
- e) Anexo V** – Relação de endereços das Zonas Eleitorais em todo o Estado, onde serão prestados os serviços pela CONTRATADA;
- f) Anexo VI** – Relação dos Locais de Votação;



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**f) Anexo VII** – Modelo Proposta de Preços.

São Luís (MA), 19 de maio de 2026.

**Edson Luis Santana de Macedo  
Processo Logística de Urnas e Suprimentos  
Seção de Administração de Mídias e Depósito de Urnas**

**SUBANEXO I  
LOTES DA LICITAÇÃO**

**VER DOCUMENTO JUNTO AO EDITAL**

**SUBANEXO II  
ROTAS DE DISTRIBUIÇÃO E RECOLHIMENTO**

**VER DOCUMENTO JUNTO AO EDITAL**

**UBANEXO III  
RESUMO DAS ROTAS DE DISTRIBUIÇÃO E RECOLHIMENTO POR ZONA ELEITORAL**

**VER DOCUMENTO JUNTO AO EDITAL**

**SUBANEXO IV  
RESUMO DAS ROTAS DE DISTRIBUIÇÃO E RECOLHIMENTO POR LOTE**

**VER DOCUMENTO JUNTO AO EDITAL**

**SUBANEXO V**



**PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO  
ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**RELAÇÃO DE ENDEREÇOS DAS ZONAS ELEITORAIS EM TODO O ESTADO, ONDE SERÃO  
PRESTADOS OS SERVIÇOS PELA CONTRATADA**

**VER DOCUMENTO JUNTO AO EDITAL**

**ANEXO VI**

**RELAÇÃO DOS LOCAIS DE VOTAÇÃO**

**VER DOCUMENTO JUNTO AO EDITAL**

**ANEXO VII – MODELO PROPOSTA DE PREÇOS**

**VER DOCUMENTO JUNTO AO EDITAL**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**ANEXO II DO EDITAL**

**MINUTA DO CONTRATO**

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, E A EMPRESA....., **TENDO POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE (DISTRIBUIÇÃO E RECOLHIMENTO) DE URNAS ELETRÔNICAS, MÍDIAS DE RESULTADOS, MALOTES, CABINAS DE VOTAÇÃO E BATERIAS DESTINADOS ÀS SEÇÕES ELEITORAIS E MESAS DE JUSTIFICATIVAS A SEREM INSTALADAS NOS 217 MUNICÍPIOS DO ESTADO DO MARANHÃO, POR OCASIÃO DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2026, PARA EXECUÇÃO NO PRIMEIRO E SEGUNDO TURNOS DA ELEIÇÃO, ESTE ÚLTIMO APENAS SE HOVER, CONFORME PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90026/2026 (PROCESSO SEI N.º 0006108-37.2026.6.27.8000).**

A **UNIÃO**, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**, neste ato denominado **CONTRATANTE**, inscrito no CNPJ Nº 05.962.421/0001-17, com sede na Av. Senador Vitorino Freire, s/n, em São Luís-MA, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador \_\_\_\_\_, portador do R.G. nº \_\_\_\_\_-SSP/\_\_\_\_ e do CPF nº. \_\_\_\_\_, e, de outro lado, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ-MF, sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na (**inserir endereço completo**), Fone: (XX) XXXX-XXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, representada por \_\_\_\_\_, conforme atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada nos autos celebram o presente contrato, em conformidade com a **Lei nº. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Lei Complementar nº 147/2014 e Decreto nº 8.538/2015**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O presente Contrato tem por objeto **a Contratação de Serviços de transporte (distribuição e recolhimento) de urnas eletrônicas, mídias de resultados, malotes, cabinas de votação e baterias destinados às seções eleitorais e mesas de justificativas a serem instaladas nos 217 municípios do Estado do Maranhão, por ocasião das**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**Eleições Gerais de 2026, para execução no primeiro e segundo turnos da Eleição, este último apenas SE HOUVER**, obedecidas as condições do instrumento convocatório e respectivos anexos.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO**

2.1. O valor total do presente contrato é de **R\$ .....** (.....), inclusas todas as despesas que resultem na prestação dos serviços indicados neste contrato, tais como impostos, taxas, transportes, seguros, encargos fiscais e todos os ônus diretos, conforme tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL/ANUAL
1					

2.2. Os valores a serem pagos à contratada estarão adstritos ao que for efetivamente executado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PAGAMENTO**

3.1. **Deverão ser observadas as disposições sobre o pagamento, constantes do ITEM 8 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

**CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE**

4.1. **Deverão ser observadas as disposições sobre o reajuste, constantes do ITEM 15 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

**CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

5.1. O **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 6.2** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

**CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

6.1. A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir as condições estabelecidas no Edital, especialmente as previstas no **ITEM 6.1** do Termo de Referência - Anexo I deste Edital.

6.2. A Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão - PORTARIA Nº 13/2026 TREMA/PRES/GABPRES é de observância obrigatória a todos os colaboradores e colaboradoras da CONTRATADA, com ou sem dedicação exclusiva de mão de obra.

**CLÁUSULA SÉTIMA – VIGÊNCIA**

7.1. **O contrato terá vigência a partir do primeiro dia útil seguinte à publicação do seu extrato no Diário Oficial da União (D.O.U), devendo ser divulgado no PNCP, no prazo de vinte dias úteis, contados da data de sua assinatura, na forma do Art. 105 da Lei nº 14.133/2021, estendendo-se até o dia 31 de dezembro de 2026.**

7.3. **Deverão ser observadas as demais disposições dos SUBITEM 15 do Termo de Referência - Anexo I do Edital.**

**CLÁUSULA OITAVA – ALTERAÇÃO**

8.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. As alterações contratuais devem ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, que deverá ser submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do órgão ou entidade contratante.

8.3. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

8.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

9.1. As despesas com a execução do presente Contrato correrão à conta do Orçamento Geral da União, aprovado para o exercício financeiro de 2026, cuja classificação funcional programática e categoria econômica é a seguinte:

.....





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**PARÁGRAFO ÚNICO – DO EMPENHO**

Para cobertura das despesas relativas ao presente Contrato, foi emitida a Nota de Empenho nº. 2026NExxxxxx, à conta da dotação especificada neste Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA - PENALIDADES**

10.1. Deverão ser observadas as disposições do **ITEM 11** do Termo de Referência – Anexo I do Edital.

**PARÁGRAFO ÚNICO - DESCONTO DO VALOR DA MULTA**

Se o valor das multas não for pago ou depositado na Conta Única do Tesouro Nacional, será automaticamente descontado de qualquer fatura ou crédito a que a **CONTRATADA** vier a fazer *jus*.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

11.1. Caberá recurso nos casos previstos na Lei de Licitações, devendo o mesmo ser protocolado e dirigido ao Presidente do TRE/MA, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

13.1. As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

13.2. É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

13.3. A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

13.4. As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1. As partes contratantes ratificam todas as condições preestabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, bem como na proposta da licitante, que passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

14.2. Aplica-se a este Contrato o disposto no artigo 104, da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ADOÇÃO DE MÉTODOS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS**

15.1. Poderá ser adotada a autocomposição como método de resolução consensual de conflitos no que tange às controvérsias oriundas deste Contrato, na forma da Resolução TRE-MA nº 10.206/2024, publicada no Diário de Justiça Eletrônico do dia 16 de abril de 2024.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO**  
**ASSISTÊNCIA DE ANÁLISE E LICITAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO**

16.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal da Capital do Estado do Maranhão, para dirimir as questões derivadas deste Contrato.

16.2. E por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado em via única e assinado pelas partes, por intermédio de seus representantes legais.

São Luís. MA, datado e assinado eletronicamente.

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
MARANHÃO**

**CONTRATADA**

**Desembargador(a) .....**

.....

Presidente do TRE-MA

Representante da contratada

TESTEMUNHAS:

1. NOME: ..... 2. NOME: .....  
CIC: ..... CIC: .....